

INSS tem mais de 1 milhão à espera de perícia médica

A fila de perícias médicas do INSS ultrapassou mais de 1 milhão de agendamentos, segundo informações do Ministério do Trabalho e Previdência. Ao todo, 1.008.112 segurados esperam para ser atendidos por um médico.

O número de perícias inclui todos os tipos de benefício que necessitam de avaliação pericial para concessão. Na lista, estão auxílio-acidente, auxílio por incapacidade temporária –antigo auxílio-doença– e aposentadoria incapacidade permanente –antiga aposentadoria por invalidez–, pagos a quem tem alguma incapacidade para trabalhar.

Há ainda outros benefícios, como BPC (Benefício de Prestação Continuada), aposentadoria da pessoa com deficiência e aposentadoria especial, entre outros, que necessitam da análise de um

médico.

Há poucas semanas, o número de cidadãos à espera de atendimento estava em torno de 780 mil, mas, com o início da greve dos peritos, que chegou a 31 dias, o quadro se agravou. Dados da ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos) mostram que houve ao menos 320 mil remarcações de exames periciais desde o início da greve.

A espera para conseguir um atendimento também é longa e está em cerca de 60 dias, segundo informações do governo enviadas ao Congresso na edição da medida provisória 1.113, que tenta implantar a perícia médica a distância em alguns benefícios, com envio de atestado pela internet, como já ocorreu na pandemia.

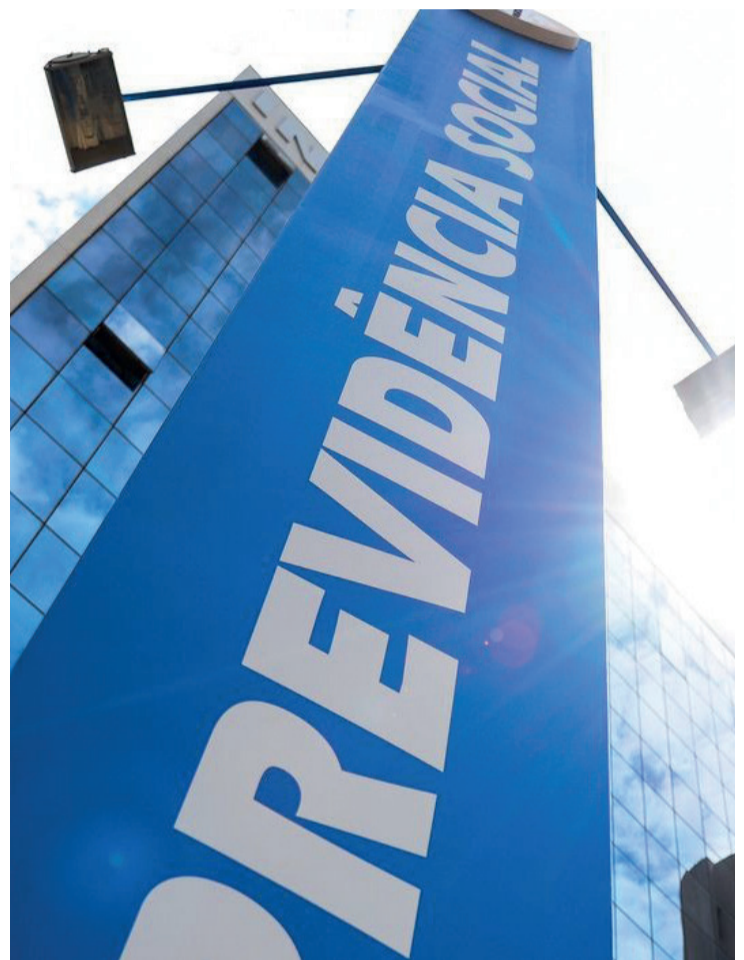
Francisco Eduardo Cardoso Alves, vice-presidente da ANMP, afirma que a categoria tem cumprido a decisão do STJ (Superior Tribunal de

Justiça) e mantém 70% dos médicos peritos em atendimento nas agências, enquanto 30% estão parados. Hoje, a Perícia Médica Federal tem 3.400 profissionais, mas com afastamentos, 3.200 estão na ativa.

“Os peritos se sentem indignados com a forma como o governo vem tratando a categoria. Temos mais de 320 mil perícias remarcações no período e, até agora, não se moveram para negociar”, afirma.

Dentre as reivindicações dos médicos, estão reposição salarial de 19,9% –o governo oferece reajuste de 5% a todos os servidores–, melhores condições de trabalho, com todos os profissionais fazendo atendimentos presenciais e sem nenhum deles “fora da agenda de atendimentos” e concurso público para regiões do país onde é necessário mais profissionais.

Cristiane Garcia/Folhapress



Economia

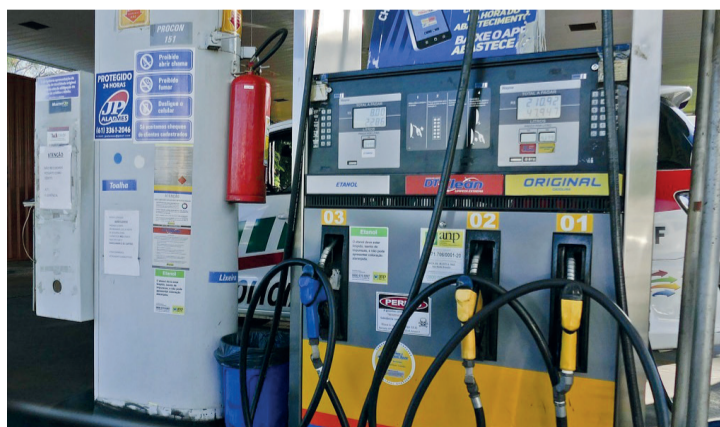


Fundos multimercado ganham com alta dos juros globais

Página - 03

Postos terão duas formas de mostrar preços de combustíveis

Página - 03



Clima já ameaça agro, portos e até internet, mas projetos de adaptação são raros

Página - 05

Reduzir poluição e expandir áreas verdes pode evitar 11 mil mortes em SP

Página - 05

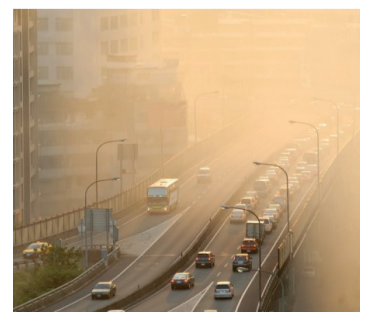
Política

Bolsonaro participa de atos contra STF e mantém clima de tensão com Judiciário

Página - 04

Lula pede desculpas a policiais um dia após gafe em ataque a Bolsonaro

Página - 04



No Mundo

Republicanos querem derrubar a casa do Mickey, diz Biden em jantar de correspondentes



O presidente dos EUA, Joe Biden, retomou uma tradição da política americana: fazer piadas sobre si mesmo no jantar da WHCA (Associação de Correspondentes da Casa Branca).

O evento, realizado desde os anos 1920, não ocorreu em 2020 e 2021, devido à pandemia, e não teve a presença de Donald Trump nos anos em que ele foi presidente. O último líder a ir ao evento havia sido Barack Obama, em 2016.

Biden começou seu discurso fazendo piada com sua rejeição nas pesquisas de avaliação de seu governo. “Estou realmente animado de estar aqui hoje com o úni-

co grupo com menor taxa de aprovação que eu”, disse, se referindo à imprensa.

O presidente fez ironia com as dificuldades em aprovar projetos. “Esperava encarar oposição dura do Senado, mas que isso viria dos republicanos. Mas não estou preocupado com as midterms [eleições de meio de mandato]. Podemos ter mais impasses no partido, mas estou confiante que possamos resolver isso durante meus seis anos que restam de mandato”, brincou, como se estivesse com a reeleição garantida.

Sobre a oposição, fez graça com os embates do governo da Flórida com a Disney, que se posicionou contra uma lei estadual que veta conte-

údos sobre gênero em escolas. “Ronald Reagan disse a Gorbachov: ‘Derrube este muro’. Hoje os republicanos dizem: ‘Derrubem a casa do Mickey Mouse’. E logo eles vão atacar o castelo da Cinderela.”

Biden também afirmou estar feliz por Brandon, nome usado pelos republicanos em camisetas e postagens. A frase “Let’s Go Brandon” virou um lema contra o presidente, depois que um repórter esportivo entendeu um xingamento contra Biden, durante um evento, como estímulo a um piloto. “Ele parece estar tendo um bom ano”, ironizou.

Rafael Balago/Folhapress

Mais de 3 mil morreram tentando chegar à Europa por mar em 2021, diz ONU



Mais de 3.000 pessoas morreram ou desapareceram no ano passado quando tentavam chegar à Europa por rotas marítimas no Mediterrâneo e no Atlântico, mostra relatório divulgado pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur).

A cifra é o dobro da observada em 2020, quando 1.544 mortes foram relatadas nas duas rotas, ainda de acordo com o alto comissariado.

O braço das Nações Unidas começou a divulgar relatórios consolidados sobre o assunto em 2019 e, desde então, os números anuais cresceram. Até aqui, o ano de 2022 registrou 478 mortes ou desaparecimentos de pesso-

Angelina Jolie visita Ucrânia em missão humanitária e lamenta por crianças

A atriz Angelina Jolie visitou, a estação ferroviária de Lviv, na Ucrânia. A atriz e ativista viajou em uma missão humanitária promovida pela ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) da ONU (Organização das Nações Unidas).

Durante a visita, a atriz norte-americana conversou com funcionários ucranianos que recebem os refugiados da cidade de Pokrovsk e brincou com crianças. “Elas devem

estar em choque. Sei como o trauma afeta as crianças, mas sei que tem gente mostrando quanto elas são importantes, quanto a voz delas importa”.

Anteriormente, em uma visita a um hospital em Roma, na Itália, que acolheu crianças ucranianas, Jolie já havia manifestado preocupação com a Ucrânia.

A atriz também foi flagrada em um café na mesma cidade. Ela distribuiu autógrafos e tirou fotos com fãs.

Folhapress



as que tentavam chegar, por mar, ao continente.

De acordo com o Acnur, a pandemia de Covid e o fechamento das fronteiras na tentativa de conter o vírus impactaram diretamente os fluxos migratórios. Sem outras alternativas, muitos imigrantes recorreram a traficantes para tentar deixar seus países rumo à Europa.

“Temos insistido que é preciso fortalecer ações humanitárias de desenvolvimento para lidar com os fatores que forçam as pessoas a migrarem”, disse Shabia Mantoo, porta-voz do Acnur, durante entrevista coletiva em Genebra. A organização tem insistido para que governos desenvolvam alternativas

para que imigrantes não fiquem à mercê de traficantes ou que coloquem suas vidas em risco.

O relatório mais recente indica que mais de 53 mil pessoas chegaram à Itália por mar no ano passado, número que supera em 83% aquele observado um ano antes. Outras 23 mil pessoas desembarcaram nas ilhas Canárias, número similar ao de 2020.

Houve aumento de 61% no número daqueles que emigram por mar da Tunísia no ano passado em comparação com o ano anterior. Para a Líbia, o salto foi de 150% no mesmo período.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Fundos multimercado ganham com alta dos juros globais



Em um ano marcado por uma série de incertezas com a guerra na Ucrânia e as eleições no Brasil, um dos poucos consensos entre os especialistas de mercado parece ser o de que os juros nos Estados Unidos terão de subir para conter a forte pressão inflacionária na região.

Em março, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) elevou os juros pela primeira vez desde 2018, em 0,25 ponto percentual, para um intervalo entre 0,25% e 0,50% ao ano.

O movimento, contudo, está longe de ser suficiente. Nesta quarta, a autoridade monetária dos EUA se reúne, e a maioria dos analistas aposta em uma alta de 0,5 ponto percentual nos juros. Dirigentes do Fed defendem um aumento no ritmo de altas para levar a taxa para ao redor de

3,5% até dezembro, de modo a tentar conter a inflação alta para os padrões do país - o índice de preços ao consumidor nos Estados Unidos atingiu a marca de 8,5% em março, a maior desde 1981.

Quem tem conseguido tirar um bom proveito do cenário macroeconômico global aguardado à frente são os fundos multimercado.

No primeiro trimestre do ano, os fundos de investimento do tipo registraram uma rentabilidade média de 6,12%, de acordo com o IHFA (Índice de Hedge Funds da Anbima), bem acima dos ganhos de 2,42% do CDI no mesmo intervalo.

O resultado é bem melhor do que o apresentado ao longo de todo o ano passado, quando os multimercado do IHFA tiveram um retorno médio de 2,04%, contra 4,4% do CDI.

O desempenho positivo neste ano se deve, em grande medida, justamente à aposta dos gestores quanto à necessidade de juros mais altos nos países desenvolvidos.

Casas de investimento tradicionais do país como SPX Capital, Verde Asset e Adam Capital têm posicionado os portfólios e entregado retornos altos aos cotistas com o aumento dos juros e a continuidade do processo de aperto monetário nos Estados Unidos.

Para isso, esses fundos se valem de estratégias conhecidas no jargão como “tomadas” no mercado de juros americanos, uma posição feita por meio de contratos derivativos que tende a se valorizar a cada movimento de alta das taxas pelo Fed.

Lucas Bombana/Folhapress

Procura por trabalho trava neste ano e desemprego do trimestre fica estável



A taxa de desemprego no Brasil ficou estável com a procura por vagas de trabalho travada no primeiro trimestre de 2022, indicou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

De janeiro a março, a taxa de desocupação foi de 11,1%, mesmo nível do quarto trimestre de 2021.

O novo resultado veio abaixo das projeções do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam uma taxa maior, de 11,4%.

A marca de 11,1% é a menor para o trimestre até março desde 2016. À época, a taxa também estava em 11,1%.

Segundo o IBGE, o número de desempregados ficou praticamente estável no início de 2022, em 11,9 milhões.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO
Fernanda Matsuda, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 24146727 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 286.120.688-86, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco F, 5º andar, Parte - Jardim São Luis, CEP: 05805-000. **Declara**, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração no **Banco PSA Finance Brasil S.A.**, instituição financeira, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.502.961/0001-92, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco F, 5º andar, Parte - Jardim São Luis, CEP: 05805-000. **Esclarece** que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.
Banco Central do Brasil
 Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF Gerência-Técnica em São Paulo 1
 Avenida Paulista, 1.804 – 5º andar – Bela Vista 01310-922 São Paulo, SP

Postos terão duas formas de mostrar preços de combustíveis

Os revendedores de combustíveis de todo o país vão exibir os preços com duas casas decimais e não mais com três, como acontece atualmente. A medida passa a valer a partir do próximo dia 7. É o que determina a Resolução nº 858/2021, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que deu prazo para as revendedoras se adequarem até essa data. As informações são da Agência Brasil.

Segundo informou a ANP, o objetivo da mudança

é deixar o preço do combustível mais preciso e claro para o consumidor, alinhado-o com a expressão numérica da moeda brasileira. Os preços deverão ser exibidos com duas casas decimais, tanto no painel de preços quanto nos visores das bombas abastecedoras.

A ANP salientou, entretanto que, nas bombas, será permitido que o terceiro dígito seja mantido, desde que seja zero e fique travado no momento do abastecimento.

Folhapress



A população desocupada era de 12 milhões nos três meses anteriores.

Pelas estatísticas oficiais, uma pessoa é considerada desempregada quando não tem trabalho e segue em busca de vagas. Quem não tem emprego e não procura oportunidades não entra nessa condição.

De acordo com Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, a busca por vagas travada explica a taxa de desocupação estável.

O desemprego estacionado chamou atenção, porque, tradicionalmente, o indicador apontava aumento no primeiro trimestre.

Isso costumava ocorrer após o encerramento de contratos temporários da reta final de ano.

A população ocupada

com algum trabalho até recuou para 95,3 milhões de janeiro a março, mas em nível menos intenso do que em anos anteriores, destacou Adriana.

A baixa foi de 0,5% (menos 472 mil pessoas) na comparação com o trimestre de outubro a dezembro.

“Se olharmos a desocupação em retrospecto, pela série histórica da pesquisa, podemos notar que, no primeiro trimestre, essa população costuma aumentar devido aos desligamentos que há no início ano. O trimestre encerrado em março se diferiu desses padrões”, disse a pesquisadora do IBGE.

Leonardo Vieceli/Folhapress

Política

Lula pede desculpas a policiais um dia após gafe em ataque a Bolsonaro



O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu desculpas a policiais após gafe em ataque a Bolsonaro.

“Eu queria aproveitar esse ato de trabalhadores para começar fazendo uma coisa que neste país as pessoas não costumam dizer. Ontem eu fui na zona norte, na Brasília, fazer um ato com as mulheres para discutir o custo de vida. E, quando eu estava fazendo o discurso, eu queria dizer que o Bolsonaro só gosta de milícia, não gosta de gente, e eu falei que ele só gosta de polícia, não gosta de gente.”

“E eu queria aproveitar e pedir desculpas aos policiais desse país, porque muitas vezes [a categoria] comete erros, mas muitas vezes salva muita gente do povo trabalhador, e nós temos que tra-

tá-los como trabalhador desse país.”

Um dia antes, Lula cometeu uma gafe sobre policiais no momento do discurso em que fazia uma série de críticas ao presidente Jair Bolsonaro (PL), seu principal adversário na disputa eleitoral deste ano e que tem nas forças de segurança um forte tema de suas campanhas.

“Hoje temos um presidente que não derramou uma lágrima pelas vítimas da Covid ou com a catástrofe que houve em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Ele não tem sentimento. Ele não gosta de gente, ele gosta de policial. Ele não gosta de livros, ele gosta de armas”, disse o petista em um evento com mulheres na zona norte de São Paulo.

Também nesta semana, Lula afirmou que o mundo “está chato para cacete” e pesado porque todas as piadas

viraram politicamente erradas.

“Então não tem mais graça. Se você quer dar risada é nesses programas de humorismo chatos pra cacete na televisão”, disse o petista em encontro com jornalistas e youtubers em São Paulo.

Ao defender um mundo que não seja “unipolar”, em que pessoas com pensamentos diferentes possam conversar, ele chegou a defender as piadas com nordestinos. Lula é pernambucano.

“Queremos um mundo multipolar, que tenha 500 pessoas discutindo na mesa. Aí sim a gente vai ter um mundo feliz. O cara contando piada de nordestino e eu rindo. Eu contando piada de outras pessoas e as pessoas rindo”, afirmou.

Bianka Vieira/Folhapress

Ato com pedido golpista é liberdade de expressão, mas imensa maioria não quer, diz Mourão



O vice-presidente da República, Hamilton Mourão (Republicanos), minimizou os ataques ao STF (Supremo Tribunal Federal) e pedidos golpistas feitos por alguns apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas manifestações de 1º de Maio.

“Liberdade de expressão. Tem gente que quer isso, mas a imensa maioria do povo não quer”, disse Mourão à imprensa.

Ele havia sido questionado sobre pedidos de fechamento do STF e sobre a volta da ditadura militar.

Bolsonaro esteve no ato esvaziado em Brasília, mas não discursou.

Em São Paulo, apareceu em um telão, com transmissão por vídeo, e fez declara-

Bolsonaro participa de atos contra STF e mantém clima de tensão com Judiciário

O presidente Jair Bolsonaro (PL) participou no dia 1º de Maio de dois atos de ataques ao STF (Supremo Tribunal Federal). Um dia antes Bolsonaro havia estimulado a participação dos manifestantes.

Assim, ao ignorar o apelo de aliados, mantém em alta a temperatura do clima de tensão com Judiciário, iniciada desde a condenação do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) pela corte.

Os atos foram convocados sob a alegação de defesa de Silveira, beneficiado por um indulto individual de Bolsonaro dado horas após a condenação pelo STF. O deputado bolsonarista participou presencialmente dos protestos do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Neste 1º de maio, pela manhã, Bolsonaro foi a ato esvaziado contra o STF na Esplanada dos Ministérios,

em Brasília. Lá, cumprimentou os presentes. À tarde, entrou ao vivo em vídeo no protesto da avenida Paulista, em São Paulo, onde aliados promoveram ataques ao STF e ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Foi de um carro de som na avenida Paulista, no 7 de Setembro do ano passado, que Bolsonaro exortou desobediência a decisões judiciais e xingou o ministro Alexandre de Moraes, do STF, relator de inquéritos que têm como alvo o presidente e seus aliados.

Antes disso, em abril de 2020, o inquérito dos atos antidemocráticos foi aberto no STF a pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República) para investigar aliados do presidente envolvidos com as manifestações que defendiam o fechamento de STF e Congresso, além da volta da ditadura militar.

Victória, Fábio, Marianna e João/Folhapress



ções genéricas, mais brandas do que aquelas registradas em 7 de Setembro, quando xingou ministros do STF e exortou a desobediência a decisões da Justiça.

Os atos pró-Bolsonaro foram mobilizados depois de o presidente desafiar o Supremo e conceder perdão de pena ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado pela corte a 8 anos e 9 meses de prisão.

O julgamento de Silveira é mais um caso que opõe o tribunal ao governo Bolsonaro. Bolsonaro ainda promoveu, na semana passada, evento oficial no Palácio do Planalto com ataques à corte e insinuações golpistas contra o sistema eleitoral.

Mourão disse que havia “um pouco mais de gente do

lado dos apoiadores do governo” nas manifestações de domingo.

“Não houve uma convocação tão grande quanto o 7 de Setembro [de 2021]. E a motivação era outra”, disse o vice.

Em Brasília, a manifestação encheu menos de uma quadra da Esplanada dos Ministérios. Em um dos trios elétricos, havia uma faixa estendida pedindo a criminalização do comunismo e a destituição dos 11 ministros do Supremo.

O ato do 1º de Maio das centrais sindicais em São Paulo, com a participação do ex-presidente Lula (PT), ocorreu em frente ao estádio do Pacaembu, a cerca de 3 km da Paulista.

Mateus Vargas/Folhapress

Clima já ameaça agro, portos e até internet, mas projetos de adaptação são raros



Fortalecer a infraestrutura contra inundações e tempestades, investir em sementes agrícolas mais resistentes, melhorar o armazenamento de água. Essas são algumas iniciativas que poderiam ajudar empresas a se proteger das mudanças climáticas.

Contudo, conforme destacou o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança do Clima da ONU) em fevereiro, a maior parte do financiamento global está sendo direcionada para projetos que visam reduzir as emissões de carbono, desconsiderando a importância da adaptação.

A avaliação do mercado sobre a gravidade da questão climática pode ajudar a explicar por que o tema segue

preterido.

Em janeiro deste ano, uma pesquisa da consultoria PwC mostrou que apenas 36% dos executivos brasileiros acreditam que as mudanças climáticas são uma grande ameaça ao crescimento das companhias no longo prazo. No recorte global, a proporção é ainda menor: 33%.

O empresariado teme mais por choques na economia global e ataques cibernéticos do que por eventos ambientais.

Para André Ferretti, ambientalista e gerente da Fundação Grupo Boticário, ainda há uma visão imediatista do setor privado sobre o clima.

“É preciso pensar num futuro mais distante. Há tendências de maior intensidade

e frequência em eventos climáticos extremos que podem afetar drasticamente o negócio, seja em relação à operação, aos fornecedores ou aos colaboradores”, diz.

É o que também pensa Vanessa Pinsky, especialista em ESG e pesquisadora da USP. Na visão dela, a compreensão das mudanças climáticas como um grande desafio para o desenvolvimento ainda é incipiente no Brasil.

“Empresas assumem metas de redução de emissões de carbono, mas não incluem o clima na matriz de risco da organização. Isso faz com que a demanda por projetos de adaptação passe longe da pauta dos conselhos de administração.”

Biznews

Nova agenda do Pacto Global da ONU pede salário digno e ambição climática

A Rede Brasil do Pacto Global da ONU, braço das Nações Unidas que reúne o setor corporativo, lançou, o programa Ambição 2030. A iniciativa, composta por sete movimentos, busca acelerar as metas propostas pela Agenda 2030 da ONU, que reúne os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Um evento no recém-inaugurado hotel Rosewood, em São Paulo, oficializou o lançamento, acompanhado por cerca de 250 CEOs e lideranças empresariais.

“Não vamos construir um futuro em Marte”, disse Carlo Pereira, CEO da Rede Brasil

do Pacto Global. Pereira destacou a importância do setor privado na transição para uma nova economia, baseada na geração de valor para todos e na descarbonização. “Somos 60% do PIB, 80% do fluxo de capitais e 90% dos empregos. Escolhemos fazer essa transição porque é o correto”, disse o executivo.

Sanda Ojiambo, CEO global do Pacto, ressaltou que o “business as usual” não é uma opção. Ou o setor empresarial se transforma, ou será engolido pelos efeitos das mudanças climáticas e das convulsões sociais decorrentes desse processo. Biznews



Reduzir poluição e expandir áreas verdes pode evitar 11 mil mortes em SP



Melhores indicadores ambientais poderiam evitar mais de 11 mil mortes por ano na cidade de São Paulo, de acordo com uma pesquisa que mensurou o impacto de políticas públicas sobre a saúde dos moradores da capital paulista. Foram avaliados os efeitos da exposição à poluição, da distribuição de áreas verdes pela metrópole e do excesso de calor.

Desses, a poluição é a maior vilã das 11.372 mortes evitáveis, que correspondem a 17% da mortalidade anual total por causas naturais na cidade em que vivem 12 milhões de pessoas. A qualidade do ar foi responsável por 8.409 óbitos, o insuficiente número de espaços verdes, por 2.593, e o excesso de exposição ao calor, por 370 mortes. Os maiores impactos negativos à saúde foram encontrados nas áreas de menor

vulnerabilidade socioeconômica.

Conforme a pesquisa, isso ocorre pelo perfil demográfico dessas regiões (populações mais velhas e com maior mortalidade natural), configurações de áreas residenciais (residindo no entorno de áreas centrais, próximas de trabalho e serviços) e volume do tráfego de veículos (maior do que nas áreas periféricas).

O estudo foi realizado por pesquisadores de instituições europeias como o Instituto Global de Saúde (ISGlobal). A brasileira Evelise Pereira Barboza é a principal autora da pesquisa. Com o avanço do aquecimento global, cientistas têm investigado os impactos na saúde causados pela alta de temperaturas e outros desequilíbrios ambientais.

Para chegar a essa conclusão, foram comparados os indicadores ambientais pau-

listanos com um cenário ideal e hipotético em que todos os bairros da cidade seriam desenvolvidos com o mesmo conceito de jardins urbanos que marcam o modelo de “city” – caso por exemplo, do Pacaembu. Além disso, a temperatura média diária seria reduzido em 1°C, resultado de mais áreas verdes e menor tráfego, e as concentrações de poluentes como o NO2 e material particulado seriam menores.

Secretário municipal de Mudanças Climáticas, Antonio Fernando Pinheiro Pedro diz que o desafio da cidade é aumentar sua capacidade de resiliência às mudanças climáticas e seus efeitos. Criada há menos de um ano, a pasta, que não tem orçamento próprio, tem a função de gerenciar e coordenar diferentes programas relacionados em diferentes órgãos e secretarias. Biznews

Bitcoin

Mineradores com estoque de Bitcoin (BTC) faturam no mercado de opções



Os mineradores de Bitcoin (BTC) implementam sua própria versão da estratégia de gerar rendimentos com criptomoedas chamada “yield farming”, mas com um toque de finanças tradicionais.

Os mineradores de capital aberto acumulam tokens para tornar suas ações mais atraentes para investidores que buscam exposição aos ganhos do Bitcoin. Mas essas empresas têm muitos gastos. Resolver quebra-cabeças criptográficos para gerar novas moedas requer equipamentos de computação caros e contas de energia gigantescas.

Em vez de vender Bitcoin para arrecadar dinheiro, empresas como Marathon Digital Holdings começaram a vender opções de compra de

Bitcoin para gerar rendimentos com suas carteiras, uma estratégia comum em finanças convencionais.

“Os mineradores de Bitcoin são alguns dos buscadores de rendimento mais vorazes do mercado hoje”, disse Joshua Lim, chefe de derivativos da corretora Genesis Global Trading com sede em Nova York, que oferece estratégias de subscrição de opções para o setor.

Segredo das opções:

As empresas exploram um segredo aberto do mercado de opções: os contratos frequentemente expiram sem valor. Quando isso acontece, o proprietário do contrato não recebe nada, e quem vendeu o contrato – neste caso, um minerador de Bitcoin – fica com o que o comprador pagou.

O Bitcoin agora é negociado em torno de US\$ 39.000. Se um minerador vender uma opção de compra com um preço de exercício de US\$ 50.000 e o Bitcoin não subir para esse nível no momento em que o contrato expirar, o minerador ganha dinheiro. Dependendo do negócio, os retornos anuais, ou yields, podem chegar a porcentagens de dois dígitos, de acordo com Lim.

Mas a estratégia não é isenta de riscos. Se o Bitcoin atingir o preço de exercício, os mineradores começam a perder dinheiro. Esse risco pode ser mitigado negociando vários contratos com diferentes preços de exercício, mas é algo que deve ser levado em consideração.

MoneyTimes

Yuga Labs levanta US\$ 285 milhões em cripto com venda de terrenos virtuais

Yuga Labs, a empresa por trás da série de NFTs Bored Ape Yacht Club (BAYC), arrecadou cerca de US\$ 285 milhões em criptomoedas com a venda de tokens que representam terrenos em um jogo virtual que está em desenvolvimento.

No ano passado, a startup norte-americana Yuga Labs criou a série de NFTs Bored Ape Yacht Club, tokens baseados em blockchain que representam um conjunto de 10.000 cartuns de macacos gerados por computador.

À medida que os tokens não-fungíveis (NFTs) – ativos criptográficos que representam arquivos digitais como

imagens, vídeos ou itens em um jogo online – explodiram em popularidade, os preços das NFTs da série Bored Ape subiram a cerca de centenas de milhares de dólares cada.

Eles se tornaram uma das marcas mais proeminentes de NFT, com os macacos digitais sendo vendidos nas principais casas de leilões e sendo adquiridos por celebridades como Paris Hilton e Madonna.

Agora, o Yuga Labs – que arrecadou 450 milhões de dólares em março em uma rodada de financiamento liderada por Andreessen Horowitz – está de olho no chamado “metaverso”.

MoneyTimes



Prefeito de Buenos Aires apresenta planos para pagamento de impostos com bitcoin (BTC)



O prefeito de Buenos Aires, Horacio Rodriguez Larreta, apresentou planos para otimizar o governo da cidade, sendo um deles o pagamento de impostos com criptomoedas, como o bitcoin (BTC).

A apresentação foi virtualmente, e indicou 12 objetivos principais. Um deles é o uso de tecnologia blockchain para proteção de dados pessoais, segundo o Decrypt.

O projeto recebeu o nome de Buenos Aires+ e pretende focar em melhorias nos serviços públicos por meio de reformas tecnológicas.

“Temos a clara convicção de que os cidadãos precisam ser donos de suas informações, seus documentos, porque confiamos na capacidade deles, e eles têm a responsabilidade sobre isso”, disse o prefeito de Buenos Aires.

“Todo esse fluxo de dados, que vai aumentar exponencialmente, será protegido por tecnologia blockchain”, acrescentou.

Até o momento, a cidade já digitalizou mais de 900 procedimentos distintos, porém, para acompanhar o ritmo, será preciso aproveitar os benefícios oferecidos por tecnologias digitais descentralizadas, disse o prefeito de Buenos Aires.

Larreta também comentou seus planos para a capital argentina no Twitter. Segundo ele, “os cidadãos terão a possibilidade de autenticar digitalmente suas identidades por meio de uma aplicação, e terão acesso, em um único lugar, às suas próprias informações, documentos e registros pessoais”.

O prefeito de Buenos Aires também disse que impulsionar a adoção de tecnologia

blockchain “permitirá que usuários tenham o controle de seus dados”.

Embora os planos de Larreta incluam o pagamento de impostos em criptomoedas, a cidade não pretende ter os ativos digitais como parte do tesouro público, a fim de evitar os riscos ligados à volatilidade das criptos.

A intenção é firmar parcerias com carteiras e processadores de pagamentos para converter criptomoedas em peso argentino imediatamente após o pagamento.

Em março deste ano, o governo da Argentina deu indícios de que irá desencorajar o uso de criptomoedas como parte do acordo aprovado, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para a reestruturação de US\$ 45 bilhões em débito.

Vitória Martini/MoneyTimes

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada em 14 de abril de 2022, às 10:00 horas, de modo exclusivamente à distância e digital, considerada como ocorrida na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("Companhia"). **2. Convocação:** O Edital de Convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no jornal "Data Mercantil", nas edições de 15, 16 e 17 de março de 2022 (páginas 7, 7 e 5 do jornal impresso e 7,7 e 7 do jornal digital, respectivamente). **3. Publicações:** As demonstrações financeiras da Companhia, o relatório da Administração, as notas explicativas, o relatório dos Auditores Independentes (conforme definido no item 4 abaixo) e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram publicados no jornal "Data Mercantil" (páginas 08 a 09 do jornal impresso e 09 a 26 do jornal digital), nos dias 12 de março de 2022 e 14 de março de 2022. Adicionalmente, todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previsto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia e na rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (ri.gpsa.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **4. Presença:** Presentes acionistas da Companhia representando 83,8% (oitenta e três vírgula oito por cento) do capital social na presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), conforme (i) lista de acionistas que participaram da Assembleia digitalmente, nos termos do artigo 21-V, inciso III, da Instrução CVM 481; e (ii) mapa sintético consolidado de voto à distância disponibilizado pela Companhia em 13 de abril de 2022, preparado com base nos boletins de voto à distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3 pela Itau Corretora de Valores S.A., na qualidade de escrituradora das ações de emissão da Companhia, e também diretamente pela Companhia, nos termos da Instrução CVM 481 ("Mapa Sintético Consolidado"). Em atenção ao disposto no artigo 134, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, presentes também a Sra. Maria Elsa Alba Bernhoeft, Diretora de Relações com Investidores da Companhia, e o Sr. Marcos A. Boscolo, representante legal da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Auditores Independentes"). **5. Mesa:** Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. José Caetano Paula de Lacerda – Presidente; e pelo Sr. Marcelo Tourinho – Secretário. **6. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia, uma vez que são do conhecimento dos acionistas e, ainda, (i) foram postos à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia; (ii) foram colocados à disposição dos senhores acionistas por meio do *website* da Companhia (ri.gpsa.com.br); (iii) foram encaminhados à B3 (www.b3.com.br), em atendimento ao disposto no artigo 124, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) foram colocados à disposição dos senhores acionistas no *website* da CVM (www.cvm.gov.br). Adicionalmente, foi dispensada a leitura do Mapa Sintético Consolidado, o qual ficou à disposição dos acionistas para consulta, nos termos do artigo 21-W, parágrafo 4º, da Instrução CVM 481, e que ficará arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **7. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre: **7.1. Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração da Companhia, o relatório dos auditores independentes da Companhia e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (iii) fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022. **7.2. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovação da proposta do novo plano de opções de compra de ações da Companhia. **8. Deliberações:** Na sequência, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: **8.1. Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i). aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de votos contrários e abstenções, tendo sido computados votos a favor de 551.110.673 ações ordinárias, contrários de 0 ações ordinárias e abstenções de 8.418.451 ações ordinárias (nos termos do Mapa Sintético Final, conforme definido no item 9 abaixo definido), sem ressalvas, as contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração da Companhia, o relatório dos auditores independentes da Companhia e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia, nos termos da proposta da administração para a Assembleia ("Proposta da Administração"); (ii). aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de votos contrários e abstenções, tendo sido computados votos a favor de 555.176.815 ações ordinárias, contrários de 624.409 ações ordinárias e abstenções de 3.727.900 ações ordinárias (conforme Mapa Sintético Final), a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que compreende a destinação do lucro líquido no montante de R\$399.674.753,29 ("Lucro Líquido"), conforme a seguir e nos termos da Proposta da Administração: (a). R\$19.983.737,66, correspondentes a 5% do Lucro Líquido, à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b). R\$94.922.753,91, correspondentes a 25% do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal) e R\$ 0,1872685014 por ação de emissão da Companhia, ao pagamento dos divididos mínimos obrigatórios aos Srs. acionistas, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 31 do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"); (c). R\$30.077.246,09, correspondentes a 7,9% do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal) e R\$ 0,1872685014 por ação de emissão da Companhia, ao pagamento dos divididos adicionais aos Srs. acionistas; e (d). R\$254.691.015,63, correspondentes a 67,1% do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal), à reserva estatutária, em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 31 do Estatuto Social. Cabe ressaltar que o montante apurado de dividendo obrigatório no item (b) acima, de R\$94.922.753,91 (noventa e quatro milhões, novecentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos) e o montante proposto como dividendo adicional no item (c) acima, de R\$30.077.246,09 (trinta milhões, setenta e sete mil, duzentos e quarenta e seis reais e nove centavos), já foram integralmente pagos aos Srs. acionistas, de forma antecipada, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2021. Nos termos da Proposta da Administração, fizeram jus aos referidos divididos os acionistas da Companhia registrados como tal em 16 de novembro de 2021, inclusive, os quais foram pagos em 10 de dezembro de 2021, à vista, por meio de crédito em conta corrente. (iii). aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de votos contrários e abstenções, tendo sido computados votos a favor de 531.135.534 ações ordinárias, contrários de 24.305.690 ações ordinárias e abstenções de 4.087.900 ações ordinárias (conforme Mapa Sintético Final), a fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos da Proposta da Administração; (iv). acionistas da Companhia representando aproximadamente 5% (cinco por cento) do capital social votante solicitaram a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 21-K, parágrafo único, da Instrução CVM 481 por meio de boletins de voto à distância, conforme evidenciado no Mapa Sintético Final. No entanto, considerando a ausência de apresentação de candidatos por parte dos acionistas da Companhia, a matéria restou prejudicada, não tendo sido instalado o Conselho Fiscal. **8.2. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i). aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de votos contrários e abstenções, tendo sido computados votos a favor de 509.256.050 ações ordinárias, contrários de 46.185.174 ações ordinárias e abstenções de 4.087.900 ações ordinárias (conforme Mapa Sintético Final), a proposta do novo plano de opções de compra de ações da Companhia, nos termos da Proposta da Administração. O novo plano de opções de compra de ações da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, encontra-se na forma do Anexo II à presente ata. **9. Mapa de Votação:** Em atendimento ao artigo 21, parágrafo 4º, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, bem como ao artigo 21-W, parágrafo 6º, da Instrução CVM 481, o mapa sintético final de votação constante do Anexo I ("Mapa Sintético Final"), que é parte integrante desta ata, indica quantas aprovações, rejeições e abstenções cada deliberação recebeu, bem como o número de votos conferido a cada candidato na eleição para o Conselho de Administração. **10. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente concedeu a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário, tendo sido considerados signatários da ata,

nos termos do artigo 21-V, parágrafo 1º, da Instrução CVM 481, os acionistas cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia. **Mesa presente via participação digital, nos termos do artigo 21-C, parágrafo 5º, da Instrução CVM 481:** Presidente: Sr. José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Sr. Marcelo Tourinho. **Acionistas presentes via participação digital, nos termos do artigo 21-V, parágrafo 1º, da Instrução CVM 481:** ADAUTO MARCONDES FREIRE JUNIOR, ADRIANO MACEDO DA FONSECA, ALEXANDRE GUSHIKEN, ALEXANDRO MARQUES FALCÃO, ALVARO CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, ANDERSON NUNES DA SILVA, ANGELA MARIA CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, ARTUR ELOY CHAGAS DE OLIVEIRA, BRIAN SILVA, CARLOS ANDRÉ TEIXEIRA PITANGA, CARLOS NASCIMENTO PEDREIRA, CAROLINA FERNANDES DA CUNHA CERQUEIRA DA SILVA, CLAUDIO PEDROSA MONTEIRO, CLAUDIO PETRUZ, CLEVERSON DUTRA ZONTINI, CRISTIANO FINARDI, DANIEL PEGORINI, DANIEL QUEIROZ NEVES PELEGRINELLI, DIEGO DE MATOS FERRANDIS, EDILAINE SIENA, ELIESER LEITE SOBRAL, GUILHERME NASCIMENTO ROBORETTA, GUSTAVO VIANNA OTTO, ITAU PREV MASTER VERDE AM FIM, JOÃO PAULO CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, JOSÉ CAETANO PAULA DE LACERDA, JOSE EDSON PEREIRA DOS SANTOS, JOSE RICARDO ZOMIGNAN FONTANARI, JULIANO COSTA DA SILVA, KARLA MARANHÃO, LUIS CARLOS MARTINEZ ROMERO, LUIZ ANTONIO DE SÁ ARRUDA, LUIZ RAIMUNDO TOMAZONI, MARCELO NIEMEYER HAMPSHIRE, MARCO ANTONIO DA SILVA, MARCOS NASCIMENTO PEDREIRA, MARIA ELSA ALBA BERNHOEFT, MICHEL PIPOLO DE MESQUITA, NP PARTICIPACOES S.A., PAULO CESAR BRAGA ICO DA SILVA, PAULO FERNANDO CHAVES JUCA ROLIM, PEDRO CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, PRISCILA CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, RICARDO DE VASCONCELOS FREIRE, TARPON GT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, TARPON GT MASTER INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, TP PARTNERS PUBLIC EQUITIES FUND, LP, VALORA PARTICIPACOES LTDA, VANESSA LIGIA MACHADO, VERDE AM AÇÕES MASTER FIA, VERDE AM B LONG BIAS PREVIDENCIÁRIO FIFE FIA, VERDE AM B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FIM, VERDE AM BRASILPREV QUALIFICADO FIFE FIM, VERDE AM ICATU DISCRETE PREV FIFE FIM MULTIMERCADO, VERDE AM ICATU PREVIDENCIA MASTER FIM PREV, VERDE AM LONG BIAS 70 ADVISORY XP SEGUROS PREV MASTER FIM, VERDE AM LONG BIAS 70 BRASILPREV MASTER FIM, VERDE AM LONG BIAS 70 ITAU PREV MASTER FIM, VERDE AM LONG BIAS 70 RED PREV MASTER FIM, VERDE AM LONG BIAS ICATU PREV FIFE FIM, VERDE AM LONG BIAS MASTER FIA AÇÕES, VERDE AM PERFORMANCE FIA, VERDE AM SCENA ADVISORY XP SEGUROS PREV MASTER FIM, VERDE AM STRATEGY II MASTER FIA, VERDE AM VALOR DIVIDENDOS FIA, VERDE EQUITY MASTER FIM, VERDE MASTER FIM, VINIUCIUS ANDRADE MORAES CASTELO DE LUCA, WILIAN SALGADO DA SILVA. **Acionistas presentes via envio de boletim de voto à distância, nos termos do artigo 21-F e do artigo 21-V, parágrafo 1º, da Instrução CVM 481, em sede de Assembleia Geral Ordinária:** TRUXT LONG BIAS MASTER FIA, ADAUTO MARCONDES FREIRE JUNIOR, ADRIANO MACEDO DA FONSECA, ALEXANDRE GUSHIKEN, ALEXANDRO MARQUES FALCÃO, ALVARO CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, AMERICAN CENTURY ETF TRUST – AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST – AVANTIS EMERGING MARK, ANDERSON NUNES DA SILVA, ANGELA MARIA CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, ARTISAN MULTIPLE INVESTMENT TRUST, ARTISAN PARTNERS GLOBAL FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, ARTISAN SUSTAINABLE EMERGING MARKETS FUND, ARTISAN SUSTAINABLE EMERGING MARKETS FUND LP, ARTUR ELOY CHAGAS DE OLIVEIRA, AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC – AVIVA I INTERNATIONAL I F, BOGARI BURITI FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, BOGARI POLAR FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, BOGARI VALUE A PREVIDENCIÁRIO FIA FIFE, BOGARI VALUE ICATU PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO FIFE, BOGARI VALUE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, BOGARI VALUE MASTER II FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, BOGARI VALUE Q FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES PREVIDENCIÁRIO FIFE, BRIAN SILVA, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD, CARLOS ANDRÉ TEIXEIRA PITANGA, CARLOS NASCIMENTO PEDREIRA, CAROLINA FERNANDES DA CUNHA CERQUEIRA DA SILVA, CLAUDIO PEDROSA MONTEIRO, CLEVERSON DUTRA ZONTINI, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, CRISTIANO FINARDI, DANIEL PEGORINI, DANIEL QUEIROZ NEVES PELEGRINELLI, DELA DEPOSITARY ASSET MANAGEMENT B.V., DIEGO DE MATOS FERRANDIS, EDILAINE SIENA, ELIESER LEITE SOBRAL, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, FIA RVA EMB IV, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, FPRV SQA SANHAÇO FIA PREVIDENCIÁRIO, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAP, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST – FRANKLIN FTSE BRAZI, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST – FRANKLIN FTSE LATIN, GENERAL ORGANISATION FOR SOCIAL INSURANCE, GERDAU PREVIDENCIA FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, GIF V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, GROUPEUR EQUITY LLC, GUILHERME NASCIMENTO ROBORETTA, GUSTAVO VIANNA OTTO, INTERNATIONAL MONETARY FUND, INVESCO PUREBETASM FTSE EMERGING MARKETS ETF, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, JOÃO PAULO CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, JOSÉ CAETANO PAULA DE LACERDA, JOSE EDSON PEREIRA DOS SANTOS, JOSE RICARDO ZOMIGNAN FONTANARI, JULIANO COSTA DA SILVA, KARLA MARANHÃO, LEGAL GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY, LF WALES PP EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LIONTRUST INVESTMENT FUNDS I – LIONTRUST LATIN AMERICA FUND, LUIS CARLOS MARTINEZ ROMERO, LUIZ ANTONIO DE SÁ ARRUDA, LUIZ RAIMUNDO TOMAZONI, MARCELO NIEMEYER HAMPSHIRE, MARCO ANTONIO DA SILVA, MARCOS NASCIMENTO PEDREIRA, MARIA ELSA ALBA BERNHOEFT, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, MICHEL PIPOLO DE MESQUITA, NEO FUTURE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, NORGES BANK, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN, NP PARTICIPACOES S.A., NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF – LENDING, ORI CAPITAL I FIA, ORI CAPITAL II MASTER FIA, PAULO CESAR BRAGA ICO DA SILVA, PAULO FERNANDO CHAVES JUCA ROLIM, PEDRO CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, PINEHURST PARTNERS, L.P., PRINCIPAL FUNDS, INC-INTERNATIONAL EMERGING MARKETS FUND, PRINCIPAL INTERNATIONAL EQUITY FUND, PRINCIPAL LIFE INSURANCE COMPANY, PRINCIPAL VARIABLE CONTRACTS FUNDS INC INT EMERG MAR ACCOUNT, PRISCILA CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, RECOVERY FIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, RED LIFE REINSURANCE LIMITED, RICARDO DE VASCONCELOS FREIRE, RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SNAPPER EQUITY LLC, SQUADRA HORIZONTE FIA, SQUADRA MASTER IVP FIA, SQUADRA MASTER LONG-BIASED FIA, SQUADRA MASTER LONG-ONLY FIA, SQUADRA TEXAS LCL, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. M. E. M. S. C. I. S. L. F., ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND, STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO, STICHTING PGM DEPOSITARY, SV2 EQUITY LLC, SV3 EQUITY LLC, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, THE COCA COLA MASTER RETIREMENT TRUST, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, TORK LO INSTITUCIONAL MASTER FIA, TORK LO MASTER FIA, TORK MASTER FIA, TORK PREV FIA FIFE, TRUXT INVESTMENTS – EQUITY LONG ONLY MASTER FUND LLC, TRUXT LONG BIAS MASTER FIM, TRUXT LONG SHORT MASTER FIM, TRUXT MACRO MASTER FIM, TRUXT MULTIMANAGER BBDC FIM, TRUXT PREVIDÊNCIA FIA, TRUXT VALOR B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FIA, TRUXT VALOR MASTER FIA, TRUXT VALOR MASTER INST FIA, TRUXT VALOR PREVIDENCIA MASTER I FI EM ACOES, VALORA PARTICIPACOES LTDA, VANESSA LIGIA MACHADO, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, VAUGHAN NELSON EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND, VELLIV, PENSION & LIVSFORSIKRING A/S, VINICIUS ANDRADE MORAES CASTELO DE LUCA, VKF INVESTMENTS LTD, WILIAN SALGADO DA SILVA, WP XI D FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA. **Contêre com a original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 14 de abril de 2022. **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Marcelo Tourinho** – Secretário. **Anexo I – Mapa de Votação Final Sintético – Assembleia Geral Ordinária:**

Deliberação	Aprovar (Sim)	Rejeitar (Não)	Abster-se
1. Tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração da Companhia, o relatório dos auditores independentes da Companhia e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia.	551.110.673	-	8.418.451
2. Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.	555.176.815	624.409	3.727.900
3. Fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.	531.135.534	24.305.690	4.087.900
4. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976? (Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins de requerimento de instalação do conselho fiscal).	30.166.035	438.581.828	67.817.025
5. Caso seja necessário a realização de segunda convocação para a Assembleia Geral Ordinária, as manifestações de voto contidas neste Boletim de Voto à Distância podem ser consideradas para fins de Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em segunda convocação?	521.855.440	1.603.076	13.106.372

Mapa de Votação Final Sintético – Assembleia Geral Extraordinária			
Deliberação	Aprovar (Sim)	Rejeitar (Não)	Abster-se
1. Aprovação da proposta do novo plano de opções de compra de ações da Companhia.	509.256.050	46.185.174	4.087.900
2. Caso seja necessário a realização de segunda convocação para a Assembleia Geral Extraordinária, as manifestações de voto contidas neste Boletim de Voto à Distância podem ser consideradas para fins de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em segunda convocação?	521.855.440	1.603.076	13.106.372

Anexo II – Plano de Opções de Compra de Ações. Aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2022. Considerando que: 1. Em Assembleia Geral Extraordinária de 12 de dezembro de 2019 foi aprovado o Plano de Compra de Ações ("PCA") da GPS Participações e Empreendimentos S/A ("GPS" ou "Companhia"). 2. O PCA foi implementado para o período anterior ao I/A da Companhia. 3. Em 23 de abril de 2021, a Companhia obteve registro na Comissão

EQUITY LLC, SV3 EQUITY LLC, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, THE COCA COLA MASTER RETIREMENT TRUST, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, TORK LO INSTITUCIONAL MASTER FIA, TORK LO MASTER FIA, TORK MASTER FIA, TORK PREV FIA FIFE, TRUXT INVESTMENTS – EQUITY LONG ONLY MASTER FUND LLC, TRUXT LONG BIAS MASTER FIM, TRUXT LONG SHORT MASTER FIM, TRUXT MACRO MASTER FIM, TRUXT MULTIMANAGER BBDC FIM, TRUXT PREVIDÊNCIA FIA, TRUXT VALOR B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FIA, TRUXT VALOR MASTER FIA, TRUXT VALOR MASTER INST FIA, TRUXT VALOR PREVIDENCIA MASTER I FI EM ACOES, VALORA PARTICIPACOES LTDA, VANESSA LIGIA MACHADO, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, VAUGHAN NELSON EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND, VELLIV, PENSION & LIVSFORSIKRING A/S, VINICIUS ANDRADE MORAES CASTELO DE LUCA, VKF INVESTMENTS LTD, WILIAN SALGADO DA SILVA, WP XI D FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA. **Contêre com a original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 14 de abril de 2022. **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Marcelo Tourinho** – Secretário. **Anexo I – Mapa de Votação Final Sintético – Assembleia Geral Ordinária:**

de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia de capital aberto e lançou uma oferta pública de ações de sua emissão no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). 4. Os acionistas da GPS desejaram aprovar um Plano de Opções de Compra de Ações para a nova realidade da Companhia como companhia aberta. **1. Conceito.** 1.1. O presente documento consiste no regramento do Plano de Opções de *continua ...*

Publicidade Legal

... continuação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14/04/2022 da GPS Participações e Empreendimentos S.A. Compra de Ações da Companhia ("Plano"), por meio do qual serão outorgadas Opções aos Colaboradores, as quais poderão ser exercidas de acordo com as regras doravante estipuladas. **II. Definições.** 2.1. Para todos os efeitos e melhor interpretação deste Plano, as expressões a seguir descritas, quando iniciadas em letras maiúsculas, terão os seguintes significados: "Ações" significam as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da GPS (*ticker* GGPS3). "Alienação" significa vender, trocar, substituir, ceder, transferir, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, ou qualquer outro negócio jurídico que resulte na transferência direta ou indireta da titularidade das Ações. "Colaborador(es)" significa diretor, empregado e/ou pessoa natural prestadora de serviços de qualquer das sociedades que integram o Grupo GPS. "Companhia" ou "GPS" significa a sociedade GPS Participações e Empreendimentos S.A., inscrita no CNPJ/ME nº 09.229.201/0001-30. "Conselho de Administração" significa o Conselho de Administração da Companhia. "Contrato de Opção" significa o contrato a ser celebrado entre o Parceiro e a Companhia, na forma do Anexo II do Programa, para formalizar a outorga das opções. "Grupo GPS" significa a Companhia e todas as sociedades controladas e coligadas ou que vierem a ser controladas ou coligadas pela/das GPS. "IPO" significa liquidação da oferta pública de Ações da Companhia e consequente ingresso da GPS na listagem da Bolsa de Valores, bem como a autorização para a venda de valores mobiliários no mercado de capitais, ocorrida em 23 de abril de 2021. "Lock-Up" significa o período de tempo em que é vedado a Alienação, pelos Parceiros, de quaisquer Ações. "Opções" significam opções de compra de Ações de emissão da Companhia outorgadas no âmbito deste Plano. "ICVM 567" significa a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 567, de 17 de setembro de 2015; "Parceiros" significa os Colaboradores escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia para integrar o Plano. "Preço de Exercício" significa o preço de exercício das Opções, conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo. "Programa" significa o Programa Anual de Opções de Compra de Ações. **III. Objetivos.** 3.1. O Plano, instituído de acordo com a legislação e regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), tem os seguintes objetivos: (i) Proporcionar a determinados Colaboradores, selecionados pelo Conselho de Administração, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, propiciando, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos demais acionistas, com consequente compartilhamento dos riscos do mercado de capitais; (ii) Estimular a permanência e fidelização dos Parceiros; e (iii) Compartilhar a criação de valor na Companhia entre os Parceiros e demais acionistas da Companhia. 3.2. Ao permitir que Parceiros possam exercer suas Opções de forma imediata e investir recursos próprios na aquisição ou subscrição de Ações resultantes do exercício de suas Opções, mantendo as referidas Ações adquiridas ou subscritas sujeitas a *Lock-Up*, o Plano visa a criação de um senso de dono nos Parceiros, possibilitando o atingimento dos objetivos acima. **IV. Administração do Plano.** 4.1. O Plano deverá ser aprovado pela Assembleia Geral da Companhia e administrado pelo seu Conselho de Administração. 4.2. Obedecidas as condições gerais deste Plano, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (i) A criação anual de Programa de Opções de Compra de Ações ("Programa"), cujo modelo padrão encontra-se no Anexo I a este Plano. (ii) A definição dos Parceiros escolhidos para integrar o Programa em questão. (iii) O número total de Opções objeto do Programa, observado o disposto no item VI. (iv) A modificação ou redução do período de *Lock-Up* para as ações incluídas no Programa em questão, em casos extraordinários. (v) A criação e a aplicação de normas gerais relativas ao exercício das Opções no âmbito do Programa, bem como a solução de dúvidas de interpretação tanto do Plano quanto do Programa. (vi) A emissão de novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de Ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas, nos termos do Plano e da ICVM 567. 4.3. As deliberações do Conselho de Administração da Companhia têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relativas a este Plano. 4.4. A outorga de Opções aos Parceiros não será, necessariamente, igual para cada Parceiro, nem por equidade ou equiparação, nem dividido *pro rata*, sendo fixada segundo critérios adotados pelo Conselho de Administração. 4.5. O Conselho de Administração, no que tange à sua atuação como administrador do Plano, está sujeito aos limites estabelecidos pela legislação aplicável, às disposições do Estatuto Social da Companhia e às regras da Comissão de Valores Mobiliários, sendo certo que o Conselho de Administração poderá dar tratamento diferenciado a Parceiros que se encontrem em situação similar, não estando obrigado a estender a todos as condições que entenda ser aplicável somente a um ou outro(s) específico(s). **V. Critérios e Condições de Elegibilidade de Parceiros.** 5.1. Como condição para sua adesão ao Plano e ao Programa, os Parceiros escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia deverão, cumulativamente, atender aos seguintes requisitos: (i) Ser diretor ou empregado do Grupo GPS com atuação em programas ou projetos que sejam relevantes para o Grupo GPS, observada a vedação contida na Cláusula 5.2. (ii) Celebrar o Contrato de Opção conforme modelo constante do Anexo II ao Programa. 5.2. Membros do Conselho de Administração que não sejam diretores da Companhia ou de suas subsidiárias, do Comitê de Auditoria ou de comitês estatutários do Grupo GPS não serão elegíveis a participarem do Plano. Caso eventual Parceiro venha a se tornar membro do Conselho de Administração ou dos referidos comitês, referido Parceiro não participará da administração do Plano e deverá se abster nas deliberações que tenham por objeto a implementação ou administração do Plano. Da mesma forma, membros do Conselho de Administração que sejam diretores da Companhia ou de suas subsidiárias e que venham a se tornar Parceiros não participarão da administração do Plano e deverão se abster nas deliberações que tenham por objeto a implementação ou administração do Plano. **VI. Ações Incluídas no Plano.** 6.1. As Opções outorgadas em cada Programa poderão representar uma quantidade máxima de Ações não superior a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante da última demonstração financeira anual auditada e aprovada em Assembleia Geral quando da aprovação do Programa em questão ("Patrimônio Líquido de Referência"). Para calcular a quantidade máxima de Opções que poderá ser outorgada em cada Programa, a Companhia deverá aplicar a seguinte fórmula: Opções = Patrimônio Líquido de Referência (em Reais)/Preço de Exercício Onde "f" significa o símbolo de divisão. 6.2. Cada Opção dará direito ao Parceiro de adquirir 1 (uma) Ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção. 6.3. Com o propósito de satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou vender Ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, nos termos da ICVM 567. 6.4. Nenhum Parceiro será acionista da Companhia até que suas Opções sejam devidamente exercidas e as respectivas Ações, adquiridas ou subscritas, nos termos do Plano e respectivo Contrato de Opção. Nenhuma Ação será entregue ao titular em decorrência do exercício da Opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas. **VII. Preço de Exercício.** 7.1. Exceto se previsto de forma diversa pelo Conselho de Administração, o preço de exercício das Opções no âmbito deste Plano será fixado em cada Programa considerando a cotação média dos preços de fechamento das Ações nos 5 (cinco) últimos pregões anteriores à data aprovação do Programa em questão ("Preço de Exercício"). 7.1.1. O Conselho

de Administração poderá estabelecer um desconto de até 10% (dez por cento) sobre o preço por ação definido com base nas regras da cláusula 7.1 acima para fins da estipulação do Preço de Exercício. **VIII. Exercício das Opções.** 8.1. As Opções serão outorgadas já passíveis de exercício, sem que haja um prazo de carência para o exercício das Opções. As Opções poderão ser exercidas no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de outorga e o Parceiro deverá realizar o pagamento do Preço de Exercício à vista, nos termos do Contrato de Opção. 8.2. As Ações objeto do exercício das Opções outorgadas no âmbito do Plano permanecerão sujeitas ao *Lock-Up* pelo período mínimo de 3 (três) anos contados da data de aquisição das Ações ("Lock-Up"), não podendo o Parceiro oferecer, vender, negociar ou prometer a venda ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, as Ações. O *Lock-Up* permanecerá em vigor mesmo após o Parceiro deixar de ser um Colaborador, exceto no caso de falecimento do Parceiro, situação em que as Ações serão liberadas do *Lock-Up*. O *Lock-Up* deverá ser averbado junto aos livros do agente escriturador. 8.2.1. Para Parceiros com mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade na data de aquisição de Ações, o prazo de *Lock-Up* definido acima será reduzido à metade. **IX. Modificações ao PCA.** 9.1. Em razão do IPO, determinados termos e condições do PCA e seus anexos necessitam ser alterados e/ou ajustados para refletir a nova realidade da Companhia, em especial a minuta do acordo de acionistas celebrada com os Parceiros do PCA. Assim, o Conselho de Administração terá amplos poderes para alterar e/ou ajustar os termos e condições das outorgas realizadas no âmbito do PCA, especialmente com vistas a conformar os termos e condições aplicáveis aos Parceiros do PCA aos termos e condições previstos neste Plano, sendo certo que o prazo de *Lock-Up* previamente acordado entre Parceiros e Companhia no âmbito do PCA e que a quantidade de ações outorgadas no âmbito do PCA deverão permanecer inalterados. Fica consignado, ainda, que a Companhia não realizará novas outorgas no âmbito do PCA, permanecendo em vigor as outorgas realizadas anteriormente ao IPO. **X. Disposições Gerais.** 10.1. O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia. 10.2. A elaboração de novos planos de compra de ações, bem como quaisquer modificações, alterações aditamentos ao presente Plano não serão consideradas válidas ou efetivas sem a expressa aprovação da Assembleia Geral da Companhia. 10.3. Este Plano tem como premissa a concessão de uma oportunidade de investimento aos Parceiros selecionados, sendo, portanto, um negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e comercial, que não interfere ou tem relação com a remuneração fixa e/ou variável percebida pelo Parceiro no Grupo GPS, de modo que não há qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária decorrente deste Plano. 10.4. Este Plano (i) não confere estabilidade nem garantia de emprego ou de permanência na condição de diretor ou empregado do Grupo GPS, (ii) nem prejudica o direito da Companhia ou de outras sociedades do Grupo GPS de, a qualquer tempo e conforme o caso, rescindir o contrato de trabalho ou de encerrar o mandato ou o relacionamento com o Parceiro. 10.5. Cada Parceiro deverá aderir expressamente aos termos do Plano, mediante celebração do respectivo Contrato de Opção. 10.6. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano. 10.7. As Opções outorgadas nos termos deste Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Parceiro, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes. 10.8. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando este entender conveniente, a Assembleia Geral. **Anexo Único – Modelo de Programa Anual de Opções de Compra de Ações. Programa de Opções de Compra de Ações. Ano Calendário de []. Programa [1/23...]. I. Introdução.** 1.1. O presente documento consiste do Programa de Compra de Ações da GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), para o ano de [] ("Programa"). 1.2 Este Programa foi criado com base no Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano") vigente, conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, em []/[]/[]. 1.3. Os Colaboradores selecionados e aprovados pelo Conselho de Administração para receberem Opções estão listados no Anexo I ao presente Programa. 1.4. Para todos os efeitos e melhor interpretação deste Programa, as expressões iniciadas em letras maiúsculas, que forem definidas neste Programa, terão os significados atribuídos no Plano. **II. Condições para Exercício.** 2.1. A Companhia formalizará a outorga das Opções através da celebração do Contrato de Opção com o Parceiro, cujo modelo se encontra no Anexo II do Programa. 2.2. Exceto conforme previsto no Contrato de Opção, o exercício das Opções não está condicionado ao cumprimento de nenhum prazo de carência (*vesting*) pelo Parceiro, sendo que as Opções poderão ser exercidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a celebração do Contrato de Opção ("Período Máximo de Exercício"). **III. Preço de Exercício.** 3.1. O Preço de Exercício de cada Opção, no âmbito deste Programa, será de R\$ [=] (=), calculado de acordo com os critérios estabelecidos no Plano e deverá ser pago à vista pelo Parceiro, simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da Ação objeto da Opção. **IV. Espécies das Ações, Direitos e Restrições.** 4.1. No âmbito do presente Programa todas as Ações adquiridas são ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. 4.2. As Ações objeto do exercício das Opções outorgadas no âmbito do presente Programa permanecerão sujeitas ao *Lock-Up* pelo período de [] ser incluído respeitado o prazo mínimo conforme definido no Plano) anos contados da data de aquisição das Ações ("Lock-Up"), não podendo o Parceiro oferecer, vender, negociar ou prometer a venda ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, as Ações. O *Lock-Up* permanecerá em vigor mesmo após o Parceiro deixar de ser um Colaborador, exceto no caso de falecimento do Parceiro, situação em que as Ações serão liberadas do *Lock-Up*. O *Lock-Up* deverá ser averbado junto aos livros do agente escriturador. 4.2.1. Para Parceiros com mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade na data de aquisição de Ações, no contexto deste Programa, o prazo de *Lock-Up* definido acima, fica reduzido à metade. **Anexo I ao Programa de Opções de Compra de Ações da GPS Participações e Empreendimentos S/A – Ano Calendário [] Programa []. Tabela com Nome do Parceiro, CPF/ME, Número de Opções e Totais.** **Anexo II – Ao Programa de Opções de Compra de Ações da GPS Participações e Empreendimentos S/A – Ano Calendário []. Programa []. Modelo de Contrato de Opções de Compra de Ações.** Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as Partes, de um lado, **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1215, 2º andar, Jaguaré, CEP: 05345-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.229.201/0001-30, neste ato representada por seus Diretores em conformidade com seu Estatuto Social, doravante simplesmente denominada "**Companhia**"; E, de outro lado, [], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portadora da Cédula de Identidade RG nº [], expedida pela SSP/[], inscrita no CPF/ME sob o nº [], domiciliada na Cidade e Estado de [], à [] nº [], Bairro [], CEP nº [], doravante simplesmente denominado "**Parceiro**"; **Companhia e Parceiro** doravante denominados individualmente como "**Parte**" e, em conjunto, como "**Partes**". **Considerando** que a Companhia aprovou, em Assembleia Geral realizada em [=], a criação do Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano"), conforme disponibilizado no site oficial da CVM, que estabeleça as regras gerais a que está submetido o presente Contrato de Opção de Compra de Ações ("Contrato"); **Considerando** que o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em [=], aprovou o Programa de

Opções de Compra de Ações – Ano Calendário [=] ("Programa"), conforme consta do **Anexo I**, e elegeu o Parceiro a participar do Programa. **Considerando** que o Parceiro deseja participar do Plano e do Programa e está ciente de que a celebração deste Contrato configura, para todos os fins, expressa anuência aos termos e condições do Plano e do Programa. **Resolvem** as Partes, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Opções de Compra de Ações, doravante designado simplesmente "**Contrato**", que será regido pelas seguintes cláusulas e condições, que as Partes se outorgam e aceitam, sem qualquer vício, inclusive de consentimento, a saber: **1. Definições.** 1.1. Salvo se de outra forma aqui definido, as expressões usadas com iniciais em maiúsculo neste Contrato têm o mesmo significado a elas atribuído no Plano e no Programa. **II. Objeto.** 2.1. Sujeito aos termos e condições previstos neste Contrato, no Plano e no Programa, a Companhia, neste ato, outorga ao Parceiro, [=]([=]) de Opções, sendo que cada Opção confere ao Parceiro o direito de adquirir 1 (uma) Ação. 2.2. Caberá à Companhia, por decisão do Conselho de Administração, definir se as Ações decorrentes do exercício das Opções serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante a compra e venda de ações mantidas em tesouraria, observada a legislação e regulamentação em vigor. 2.3. Exceto conforme expressamente previsto neste Contrato, as Ações a serem emitidas em decorrência do exercício das Opções terão os mesmos direitos pertinentes às ações de sua espécie atualmente existentes e farão jus, em igualdade de condições, a todos os benefícios, incluindo dividendos, juros sobre capital próprio e eventuais remunerações de capital que vierem a ser distribuídos pela Companhia após a sua emissão ou alienação em favor do Parceiro. 2.4. Exceto pelo *Lock-Up* previsto na Cláusula 4.1, as Ações objeto do exercício das Opções se encontram livres e desembarçadas de quaisquer gravames, ônus ou direitos de qualquer natureza, incluindo cauções, penhores, encargos, garantias, opções, direitos de preferência, direitos de retenção, acordos de voto, direitos de subscrição, alienações ou cessões fiduciárias e quaisquer outros direitos reais de garantia, gravames ambientais, ônus de tributos, violações, aluguéis, licenças, servidões, demandas adversas, reversões, acordos preferenciais, acordos restritivos, e quaisquer outras condições ou restrições de uso, voto, transferência, distribuição de resultados ou outros exercícios de atributos da propriedade ("Ônus"), conforme aplicável. **III. Condições e Preço de Exercício.** 3.1. As Opções são desde já exercíveis. O exercício das Opções não está condicionado ao cumprimento de nenhum prazo de carência (*vesting*) pelo Parceiro, sendo que as Opções poderão ser exercidas pelo Parceiro no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a celebração deste Contrato ("Período Máximo de Exercício"). Se as Opções não forem exercidas dentro do Período Máximo de Exercício, as referidas Opções serão automaticamente canceladas e extintas. 3.2. O Preço de Exercício a ser pago pelo Parceiro para exercício de cada Opção será de R\$ [] ([]), fixado nos termos do Plano conforme calculado pelo Conselho de Administração. 3.2.1. O Preço de Exercício deverá ser pago à vista pelo Parceiro simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da Ação objeto da Opção exercida pelo Parceiro. 3.3. Uma vez exercidas as Opções e caso as Ações venham a ser emitidas dentro do capital autorizado, caberá ao Conselho de Administração definir a data de realização da reunião do Conselho de Administração que aprovará a emissão de referidas Ações. Os Parceiros deverão assinar todos os documentos necessários para viabilizar a emissão das novas Ações, incluindo, sem limitação, o boletim de subscrição. **IV. Lock-Up.** 4.1. As Ações objeto do exercício das Opções outorgadas no âmbito do presente Contrato permanecerão inalienáveis, não podendo o Parceiro oferecer, vender, negociar ou prometer a venda ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, essas Ações pelo período de [] ser incluído conforme definido no Programa do ano-calendário específico) anos contados da data de aquisição das Ações ("Lock-Up"). O *Lock-Up* permanecerá em vigor mesmo após o Parceiro deixar de ser um Colaborador, exceto no caso de falecimento do Parceiro, situação em que as Ações serão liberadas do *Lock-Up*. As Ações sujeitas ao *Lock-Up* deverão permanecer assim registradas no livro de registro de ações junto ao agente escriturador e somente poderão ser transferidas para o ambiente de bolsa mediante prévia aprovação da Companhia. **V. Notificações.** 5.1. Todos os avisos, acordos, renúncias e outras notificações deverão ser feitos por escrito e entregues por carta registrada, courier, em mãos, ou enviados por e-mail (nesse caso, mediante confirmação de recebimento), conforme o caso, para os endereços descritos abaixo (ou qualquer outro endereço indicado pelas Partes): a) Se para o Parceiro, deverá ser enviado para: Nome: [], Endereço: [], CEP: [], Cidade/Estado: [], A/C: [], E-mail: []. b) Se para a Companhia, deverá ser enviado para: Nome: **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, Endereço: Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1215, 2º andar, Jaguaré, CEP: 05345-000, Cidade/Estado: São Paulo-SP, A/C: [], E-mail: []. 5.2. As comunicações e/ou notificações serão consideradas efetivas e devidamente entregues: (i) imediatamente após o envio, quando enviadas por e-mail com confirmação de recebimento; (ii) na data em que forem recebidas, quando enviadas em mãos, por serviço expresso (courier) ou carta registrada em qualquer dia útil. Qualquer das Partes poderá alterar o endereço para envio das notificações, mediante notificação escrita à outra Parte, nos termos desta Cláusula. **VI. Disposições Gerais.** 6.1. Cada uma das Partes deverá arcar, ainda, com os respectivos tributos, que possam vir a ser devidos em razão das operações e obrigações previstas neste Contrato. 6.2. Este Contrato beneficia e vincula as Partes e seus sucessores ecessionários, sendo celebrado em caráter irrevogável e irretirável. 6.3. Este Contrato entra em vigor na data de assinatura. 6.4. O Contrato não poderá ser alterado ou aditado, exceto mediante instrumento por escrito e devidamente assinado por todas as Partes, observadas as eventuais autorizações societárias aplicáveis, conforme o caso. 6.5. Caso qualquer termo, disposição, obrigação ou restrição deste Contrato seja considerado, por órgão com jurisdição competente ou outra autoridade, inválido, nulo, inexecutável, todos os demais termos, disposições, obrigações e restrições permanecerão válidos e vinculantes e não serão, de qualquer forma, afetados, prejudicados ou invalidados. Este Contrato será reformado, interpretado e executado em tal jurisdição como se tal termo, disposição, obrigação ou restrição inválida, nula, ilegal ou inexecutável nunca tivesse contido neste Contrato. 6.6. O Comprador declara possuir pleno conhecimento da situação da Companhia, bem como da legislação em vigor no Brasil, não podendo alegar desconhecimento de qualquer lei ou norma vigente, bem como assumindo integral responsabilidade pelas obrigações e limitações decorrentes de leis e normas que venham a ser editadas pelo Poder Público. 6.7. Mediante a assinatura do presente Contrato, o Parceiro adere integralmente, sem ressalvas, aos termos e condições previstos no Plano, bem como declara possuir pleno conhecimento de seu conteúdo, sendo parte indissociável deste Contrato. 6.8. A outorga destas Opções não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar medidas que decidirem por equidade, para evitar prejuízos aos Parceiros, como, por exemplo, a redução ou liberação do *Lock-Up*. **VII. Foro.** 7.1. A Companhia e os Parceiros obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir em relação a este Plano, ao Programa e/ou o Contrato de Opção. E por estarem assim justas e acordadas as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 testemunhas, para que produza seus efeitos legais. São Paulo, [] de [] de []. **GPS Participações e Empreendimentos S.A. [Parceiro]**. Testemunhas: Nome: [], CPF/ME: []; Nome: [], CPF/ME: []. Anexo I – Programa.

Bolsas de NY fecham em alta, com recuperação após fortes quedas recentes

As bolsas de Nova York fecharam em baixa nesta segunda-feira, 2, recuperando partes das perdas da última sessão, que encerrou uma mês de abril marcado por fortes quedas nos índices. As perspectivas para o aperto monetário do Federal Reserve (Fed) chamam a atenção dos investidores, com destaque para a decisão de política monetária da au-

toridade na próxima quarta-feira. A inflação segue alvo de preocupação na economia global, e a possibilidade de desaceleração do crescimento, impulsionada pela guerra na Ucrânia e as medidas da China para tentar conter a covid-19, também é observada. No fechamento, o Dow Jones subiu 0,26%, a 33.061,50 pontos, o S&P 500 teve alta de 0,57%, a 4.155,38 pontos, e o Nasdaq avançou

1,63%, a 12.536,02 pontos. Na visão do UBS, com a reunião do Fed nesta semana, aumentaram as preocupações de que o banco central possa optar por um movimento mais agressivo de aumento de 75 pontos-base nos juros, em vez da alta amplamente esperada de 50 pontos-base. Os mercados futuros de fundos do Fed agora estão precificando mais de 280 pontos-base de aperto este

ano, levantando preocupações sobre a capacidade da economia de resistir a esse ritmo de aperto sem entrar em recessão, aponta. As preocupações com o crescimento foram agravadas pelas lutas contínuas da China para conter a covid-19 bem como o impacto das restrições no fluxo de petróleo russo e gás na economia da Europa, indica o banco suíço. Olhando para o futuro,

a orientação para o segundo trimestre está se sustentando, e os lucros corporativos estão a caminho de crescer cerca de 10% em um crescimento de vendas de quase 12%, "embora estejamos atentos aos potenciais efeitos das pressões de custo nas margens e dos desafios da cadeia de suprimentos e preocupações geopolíticas sobre as receitas", afirma o UBS.

Isto é Dinheiro

Binaxal S/A			
CNPJ/MF nº 11.020.896/0001-97			
Balanco Patrimonial de 01/01/2021 a 31/12/2021			
Nome	Saldo atual	Nome	Saldo atual
Ativo	9.611.921,67	Passivo	9.611.921,67
Ativo circulante	3.985.480,86	Passivo circulante	4.430.675,87
Disponibilidades	14.230,29	Empréstimos e financiamentos	4.314.505,27
Caixa	14.050,41	Bancos conta garantida	1.304.507,46
Bancos conta movimento	1,00	Empréstimos de pessoas ligadas	3.009.997,81
Aplicações de liquidez imediata – FAF	178,88	Obrigações tributárias	116.170,60
Direitos realizáveis a curto prazo	3.971.250,57	Impostos retidos a recolher	62,42
Estoques	3.650.571,57	Impostos e contribuições s/receitas	77.495,52
Adiantamentos	320.679,00	Taxas, impostos e contribuições	38.612,66
Ativo não circulante	5.626.440,81	Passivo não circulante	262.920,56
Ativo realizável a longo prazo	4.286.574,89	Empréstimos e financiamentos	262.920,56
Empréstimos a receber longo prazo	4.253.266,63	Empréstimos e financiamentos bancários	308.219,34
Valores mobiliários	33.308,26	(-) Tributos a apropriar	(45.298,78)
Imobilizado	1.339.865,92	Patrimônio líquido	4.918.325,24
Bens imoveis	651.606,63	Capital	454.310,00
Participação em consórcios	688.259,29	Capital social	454.310,00
Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2021 a 31/12/2021		Reservas	3.541.888,53
Nome	Período atual	Reservas de lucros	3.541.888,53
Receita bruta	1.375.678,04	Resultado do exercício	922.126,71
(-) Deduções da receitas	(50.141,65)	Apuração do resultado	922.126,71
(-) Resultado operacional bruto	1.325.536,39	Nome	Período atual
Custos das mercadorias e serviços	-	Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.047.589,64
Resultado operacional líquido	1.325.536,39	(-) IRPJ	(85.899,14)
Despesas operacionais	(277.946,75)	(-) CSLL	(39.563,79)
Lucro operacional bruto	1.047.589,64	Resultado Não Operacional	-
		Lucro operacional líquido	922.126,71
Luiz Xavier dos Santos Diretor		José Carlos de Oliveira Souza Contabilista CRC 1SP 130.997/O-5	

Fortec S/A Participações e Empreendimentos	
CNPJ/ME nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871	
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam os Srs. acionistas da FORTEC S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS convocados a se reunirem em 13 de maio de 2022, às 14 horas, na Rua Cel. José Rufino Freire, 453, São Paulo/SP (sede social), para a realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar acerca das seguintes matérias: (i) a alteração do estatuto social para estabelecer o quórum de maioria para a transformação do tipo jurídico da Fortec e ajustar o CEP do endereço da sede social; (ii) a nomeação da Diretoria; e (iii) novas regras de convocação e publicação. Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente. (30/04, 03 e 04/05/2022)	

Fortec S/A Participações e Empreendimentos	
CNPJ/ME nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871	
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam os Srs. acionistas da FORTEC S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS convocados a se reunirem em 10 de junho de 2022, às 14 horas, na Rua Cel. José Rufino Freire, 453, São Paulo/SP (sede social), para a realização da Assembleia Geral Ordinária, com a finalidade de examinar, discutir e deliberar sobre as contas e o balanço da companhia relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021. Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente. (30/04, 03 e 04/05/2022)	

Juros têm alta, em meio à pressão global na renda fixa por causa da inflação

Os juros futuros encerraram a sessão desta segunda-feira em alta forte, seguindo a pressão global na renda fixa neste começo de semana. No pior momento da sessão, os vencimentos mais longos de Depósito Interfinanceiro chegaram a saltar mais de 20 pontos-base.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 subiu de 12,582% a 12,680%. O janeiro 2025 avançou de 12,031% a 12,165%. E o janeiro 2027 saltou de 11,83% a 11,985%.

Mais sensível à política monetária local, que já está no fim de seu ciclo de ajuste, o janeiro 2023 passou de 13,038% a 13,080%.

Em relatório enviado a clientes na tarde desta segunda-feira, o Barclays espera que o Comitê de Política Monetária (Copom) eleve a

taxa Selic em 1,0 ponto porcentual, a 12,75%, na decisão desta semana e deixe a porta aberta para um novo ajuste em junho, “se necessário”.

A inflação pressionada e a piora das expectativas do mercado devem levar o Banco Central (BC) a adotar uma comunicação mais aberta para o próximo encontro, na avaliação do economista para Brasil do banco, Roberto Secemski.

Todo esse comportamento do DI esteve atrelado à escala dos juros globais, com o retorno da T-note de 10 anos e do T-bond de 30 anos superando a marca psicológica dos 3%. Horas antes do Copom, na próxima quarta-feira, o Federal Reserve anuncia sua decisão de política monetária nos Estados Unidos. O consenso do mercado é de uma elevação de 50 pontos-base do Fed Fund, mas é esperada

uma comunicação dura por parte do presidente do BC americano, Jerome Powell, para mostrar o compromisso para debelar a inflação.

Aqui no Brasil, a aposta em mais 100 pontos-base da Selic é unânime.

Antes da decisão sobre os juros, o mercado conhecerá amanhã cedo os dados da produção industrial brasileira em março, para o qual o consenso aponta para uma desaceleração dos 0,7% de crescimento em fevereiro para 0,2% (pesquisa do Projeções Broadcast, com intervalo de -1,2% a 1,1%).

Nesta segunda-feira, o índice de atividade econômica do BC (IBC-Br) apontou para uma perda de tração da economia no segundo mês do ano, com alta de 0,34% na margem (menor que a mediana de 0,40%).

Isto é Dinheiro

Com crescimento global ameaçado e juros altos, Ibovespa cede

Os meses de maio começou com mau agouro nos mercados globais, arrasando o Ibovespa de volta aos patamares de janeiro e mingando a alta do índice no ano. O cenário de elevação de juros nos Estados Unidos e aqui, na quarta-feira, que já prometiam deixar o mercado cauteloso nesta semana, se somou a dados piores que o esperado da indústria nos Estados Unidos, na Europa e, principalmente, na China, consolidando o ambiente de aversão a risco.

Com receio de que a atividade global já cambaleante seja ainda mais prejudicada pelo ambiente de aperto monetário e pelos novos lockdowns na China, os investidores retiraram recursos de ativos de risco e enxugaram investimentos em emergentes como o Brasil. Com isso, o Ibovespa encerrou o dia em queda de 1,15%, aos 106.638,64 pontos, nível não visto desde janeiro.

Na mínima do dia, chegou a tocar os 105.218,19 pontos, patamar no qual se manteve por boa parte da tarde. Já no fim do pregão,

contudo, uma melhora dos índices em Nova York, que encerraram o dia positivos, levou a referência da Bolsa de volta aos 106 mil pontos.

“Hoje foi um resultado de um mix de coisas. Inflação altíssima no mundo, inclusive nos EUA, principal economia do mundo, e o ruído de que pode haver recessão com a retirada de estímulos à economia. Somado a isso tem a guerra, que gera impacto muito forte para a inflação mundial, principalmente energia. E para piorar, a China fechada por conta do covid. Foi a cereja do bolo”, aponta Lucas Mastromonico, operador de renda variável da B.Side Investimentos.

A derrocada desta segunda-feira, aliada à sucessão de baixas das últimas semanas, mingou os ganhos tidos neste ano pelo Ibovespa. Em 2022, o índice acumula alta magra de 1,73%. Ante o cenário de desaceleração chinesa, os ativos ligados a commodities entraram com força no vermelho nesta segunda-feira, com uma perspectiva que não só a oferta global de manufaturados vai ser negativamente afetada, com

uma nova rodada de disfunções na cadeia de suprimentos, mas também a demanda por commodities, o que impacta diretamente o Brasil.

“Os últimos PMIs (índice de gerentes de compras da indústria) sugerem que a atividade teve um início mais fraco no segundo trimestre, à medida que os lockdowns na China levaram a uma forte queda na atividade lá. E os componentes que olham para o futuro – incluindo novos pedidos e novos pedidos de exportação – sugerem que a atividade vá enfraquecer mais”, aponta a consultoria britânica Capital Economics em relatório.

Os ativos ligados a commodities metálicas sofreram, com Vale em queda de 0,44% e Gerdau chegando a recuar 2,55% (PN). Além disso, nem mesmo o barril de petróleo acima dos US\$ 100 foi suficiente para segurar as ações das petroleiras, com PetroRio figurando entre as maiores quedas da bolsa (-5,81%) e Petrobras terminando o dia em queda de 1,79% (ON) e 0,99% (PN).

Isto é Dinheiro

Marcopolo volta ao lucro no 1º tri, prevê impulso do turismo pós-pandemia

A Marcopolo teve forte alta de receitas, melhora das margens e voltou ao lucro no primeiro trimestre, com a fabricante de carrocerias para ônibus apostando na recomposição de frotas de transportadoras, especialmente no setor de turismo.

Segundo o presidente-executivo da companhia, James Bellini, o movimento está sendo apoiado em parte pela volta das viagens turísticas e a migração de parte dos passageiros dos trajetos aéreos para os rodoviários, fugindo de passagens mais caras devido ao repasse de custos maiores por causa do combustível de aviação.

“Também tem gente deixando de viajar de carro, preferindo ônibus devido aos altos custos do combustível”, disse Bellini à Reuters, afirmando que a empresa está voltando agora aos patamares de produção pré-pandemia.

A volta da demanda do turismo tem sido um dos destaques da economia, com empresas como CVC e Gol reportando melhora na de-

manda por viagens nacionais.

A Marcopolo, com sede em Caixas do Sul (RS), anunciou nesta segunda-feira que teve lucro líquido de 98 milhões de reais de janeiro a março, ante prejuízo de 14,7 milhões um ano antes, quando ainda enfrentava um período crítico da pandemia de Covid-19, com forte redução das encomendas.

Operacionalmente, a produção da companhia evoluiu apenas 2,3% sobre um ano antes, para 3,084 unidades, fruto de aumento de 5% no Brasil e de queda de 14,2% no exterior.

No relatório, a Marcopolo explicou que a produção foi afetada pelos afastamentos de empregados devido à variante Ômicron da Covid-19, em janeiro, e pela falta de componentes como semicondutores e chassis.

“Nossos maiores desafios no momento são a falta de componentes eletrônicos e a falta de chassis; não fosse isso, estaríamos produzindo de 10% a 15% a mais”, disse Bellini.

Isto é Dinheiro

BRVias Holding VRD S.A.

CNPJ/MF nº 12.321.274/0001-61

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados em 31 dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	—	845	760
Aplicações financeiras	9	—	27.810	63.851
Contas a receber	10	—	16.563	13.606
Despesas pagas antecipadamente	—	—	1.343	384
Adiantamento a fornecedores	—	—	1.050	736
Outros créditos	32	32	647	3.231
Total do ativo circulante	32	34	48.258	82.567
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	11	11.290	6.290	7.413
Depósitos judiciais	—	—	—	2.212
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	—	14.998	21.438
Investimentos	12	211.293	272.146	—
Imobilizado	13	—	10.992	6.004
Intangível	14	—	1.088.438	987.108
Total do ativo não circulante	222.583	278.436	1.123.608	1.023.997
Total do ativo	222.615	278.469	1.171.866	1.106.564

Demonstrações dos Resultados Individuais e Consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	Nota 31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Receita operacional líquida	23	—	344.478	218.207	
Custo dos serviços prestados	24	—	(137.462)	(125.391)	
Custo de construção	24	—	(128.283)	(31.420)	
Lucro bruto	—	—	78.733	61.396	
Receitas (despesas) operacionais	24	(24)	(253)	(4.149)	(5.817)
Despesas gerais e administrativas	—	—	—	—	—
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	25	(24)	(253)	74.584	55.579
Receita financeira	25	—	—	2.513	3.771
Despesa financeira	25	(5.626)	(3.834)	(137.161)	(89.253)
Despesas financeiras líquidas	—	—	—	—	—
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	12	(60.853)	(41.807)	—	—
Resultado antes dos impostos	—	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	—	—	(6.439)	(15.991)
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	—
Prejuízo básico e diluído por ação em Reais – R\$	—	(0,14862)	(0,10256)	(0,14862)	(0,10256)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Individual e Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Capital integralizar	Capital integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	447.470	(70.600)	376.870	25.461	(202.618)	199.713
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(45.894)	(45.894)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	447.470	(70.600)	376.870	25.461	(248.512)	153.819
Saldos em 1º de janeiro de 2021	447.470	(70.600)	376.870	25.461	(248.512)	153.819
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(66.503)	(66.503)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	447.470	(70.600)	376.870	25.461	(315.015)	87.316

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) do exercício	(66.503)	(45.894)	(66.503)	(45.894)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
Total de resultado abrangente do período	(66.503)	(45.894)	(66.503)	(45.894)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional – A BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua João Moreira da Silva, 509, sala A, Jardim Americano – cidade de Lins-SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. ("Controlada" ou "ViaRondon"). A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comport Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A., passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social na data da operação. Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um prejuízo na controladora e consolidado de R\$ 66.503 (R\$ 45.894 em 2020) e capital circulante líquido negativo de R\$ 135.267 (R\$ 124.617 em 2020) na controladora R\$ 295.940 (R\$ 189.325 em 2020) no consolidado. Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas. **Efeitos da Covid-19:** Conforme divulgado pela Controlada ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. em Comunicado ao Mercado no dia 19 de março de 2020, em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades diante do atual cenário e dos desdobramentos da pandemia, a BRVias (que tomou atitudes semelhantes à controlada) destaca as seguintes principais medidas adotadas para apoiar na prevenção do Covid-19: • Criação de um comitê de crise; afastamento domiciliar para colaboradores que vierem a apresentar os sintomas do Covid-19, com monitoramento pelo departamento de recursos humanos; adoção de home office para todos os colaboradores que possam desenvolver suas atividades fora do espaço físico da empresa; • Divulgação expressiva das formas de prevenção, através de diversos canais, aos colaboradores e seus parceiros; • Acompanhamento constante de potenciais impactos decorrentes da pandemia em seus negócios; negociação com fornecedores para redução de valores e/ou carência para os próximos pagamentos; e a Controlada teve uma redução no seu custo no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 3.210 quando comparado com 2020, onde os maiores gastos foram com a preservação e manutenção da rodovia.

2020 **2020**
 Serviços de terceiros (19.357) (30.087)
 Com pessoal (20.707) (17.303)
 Custo de contrato concessão (13.756) (8.571)
 Outros (1.859) (2.928)
Total (55.679) (58.889)

Em 2021, a Controlada identificou impactos financeiros em comparação ao mesmo período do ano anterior, mitigados devido às medidas supracitadas. Observa-se que em 2021 ocorreu uma recuperação da demanda, conforme demonstrado abaixo:

Praça de Pedágio	Eixos e equivalentes		Variação 21 x 20	
	2020	2021	Eixos	%
P1-Avaí	4.883	5.247	364	7,45%
P2-Pirajú	4.523	4.787	264	5,84%
P3-Promissão	4.868	5.164	296	6,08%
P4-Glicério	5.983	6.148	165	2,76%
P5-Rubiácea	4.295	4.495	200	4,66%
P6-Lavinia	3.322	3.535	213	6,41%
P7-Guaraçaí	3.156	3.339	183	5,80%
P8-Castilho	4.478	4.753	275	6,14%
Total	35.508	37.468	1.960	5,52%

Em R\$ mil **21 x 20**
2020 **2021** **R\$** **%**
 P1-Avaí 27.878 31.846 3.967 14,23%
 P2-Pirajú 24.014 27.116 3.102 12,92%
 P3-Promissão 31.200 34.948 3.748 12,01%
 P4-Glicério 42.534 46.218 3.683 8,66%
 P5-Rubiácea 26.239 29.057 2.818 10,74%
 P6-Lavinia 15.977 18.080 2.103 13,16%
 P7-Guaraçaí 14.861 16.562 1.701 11,45%
 P8-Castilho 15.267 17.380 2.113 13,84%
Total 197.970 221.207 23.235 11,74%

Apesar dos indicadores econômicos apontarem para um arrefecimento da crise, para um cenário de queda no tráfego para os próximos meses, a Controlada possui uma forte posição de caixa e segue adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa, considerando a seu favor o perfil de dívida alongado e estritamente controlado. A Controlada cumpre rigorosamente o seu papel social de atender a população usuária da rodovia, sempre mantendo os padrões mais rígidos de segurança viária e sanitária, e está consciente de que esse é um evento de força maior, e, portanto, demandará um aditamento de reequilíbrio contratual assim que a extensão dos efeitos dessa pandemia puderem ser mensurados. **1.1. Relação de entidade controlada:** Segue a controlada da Companhia:

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Participação acionária %		
	País	2021	2020
Brasil	100%	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509, Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336,500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667,630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo. A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objetivo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Decorrente desta concessão, a sua con-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(66.503)	(45.894)	(66.503)	(45.894)
Ajustes para:				
Depreciação	—	—	2.384	1.962
Amortização	—	—	27.805	25.884
Baixa do intangível	—	—	—	—
Baixa do ativo imobilizado líquida	—	—	223	47
Provisão para manutenção (Reversão) constituição de provisão para contingências	—	—	55.583	44.221
Resultado de equivalência patrimonial	—	—	(577)	633
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	60.853	41.807	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.624	3.819	130.716	62.023
Total	(26)	(268)	156.070	104.867
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	—	—	(2.957)	(1.982)
Despesas pagas antecipadamente	—	—	(959)	13
Outros créditos	—	—	2.715	(776)
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	23	5	46.431	10.450
Passivo fiscal corrente	1	1	(1.072)	939
Obrigações sociais	—	—	508	(1.471)
Contas a pagar	—	—	(14.043)	23.761
Realização de provisão para manutenção	—	—	(77.826)	(95.437)
Outros passivos	—	—	1.067	(1.231)
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	—	—	(43.788)	(86.725)
Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(1)	(262)	66.146	(47.592)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	—	—	(208.836)	(328.765)
Resgate das aplicações	—	—	244.876	326.778
Aquisição de imobilizado	—	—	(7.595)	(983)
Adição do intangível	—	—	(129.134)	(31.419)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	—	—	(100.689)	(34.389)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	(5.000)	246	(2.068)	(775)
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	5.000	—	42.800	700.007
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	—	—	(6.104)	(617.916)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos (Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	(1)	(16)	85	(665)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	—	2	845	760

de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e sua controlada reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 25). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto

... continuação

financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaimento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia e sua controlada avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia e sua controlada. **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Controlada é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Controlada revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2021, a Controlada efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25. **Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia e sua controlada esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisão de manutenção – Contratos de Concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente. **b) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. **c) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A Companhia e sua controlada consideram como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

d) Ativos intangíveis: A Controlada possui os seguintes ativos intangíveis: **(i) Contratos de concessão de serviços:** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Controlada estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da

BRVias Holding VRD S.A.

concessionária tenha um risco muito baixo. **(ii) Direito de outorga:** O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 14). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas. O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de frágio, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão. **(iii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **(iv) Gastos subsequentes:** Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. **(v) Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de frágio projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. A amortização é reconhecida no resultado. A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

5 anos

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável. **e) Redução ao valor recuperável (*impairment*) (i) Ativos financeiros – não derivativos:** Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: **(i)** novos critérios de classificação de ativos financeiros; **(ii)** novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **(iii)** flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia e sua controlada. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia e sua controlada determinam o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f) Benefícios a empregados:** Obrigações de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(i) Provisão de manutenção – contratos de construção:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A Companhia e sua controlada definiriam que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas a ser realizadas. Obrigações reincentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **h) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **(i) Receita operacional: (i) Receita de pedágio:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Controlada presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. **(ii) Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária Controlada deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Controlada em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Controlada estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. **j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na

extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Controlada espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **l) Resultado por ação básico e diluído:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia e sua controlada pela média ponderada da quantidade de ações de capital social integralizado no respectivo período. A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação. **m) Informações por segmento:** A principal receita da atividade da Companhia e sua controlada vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia e sua controlada explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia e sua controlada como um todo, ou seja, a Companhia e sua controlada estão organizadas em um único segmento de negócio. **7. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente – O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do NBC TG 26/R5 (IAS 1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem os seguintes pontos: a) O que significa um direito de postergar a liquidação; b) O direito de postergar deve existir na data-base do relatório; c) Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e d) Somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O IASB emitiu alterações na divulgação de práticas contábeis, que esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. O IASB emitiu alterações no NBC TG 23/R3 (IAS 8), esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **8. Caixa e equivalentes de caixa****

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bancos conta movimento	-	2	733	656
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	112	104
Total	-	2	845	760

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26.

9. Aplicações financeiras – Consolidado

	2021	2020
Aplicações financeiras	27.810	63.851
Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto a Debêntures, veja maiores detalhes nas Notas Explicativas nos 15 e 16. A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26.		

10. Contas a receber – Consolidado

	2021	2020
Pedágio eletrônico	13.876	11.298
Visa – vale-pedágio	262	176
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	-	1.823
Protege S.A. – Proteção e Transporte de Valores	2027	-
DBTrans S.A.	213	196
Contas a receber – receitas acessórias	185	113
Total	16.563	13.606
Idade de vencimento dos títulos	2021	2020
Créditos a vencer até 30 dias	15.945	13.142
Créditos a vencer até 60 dias	618	351
Total	16.563	13.493

O contas a receber da Companhia e sua controlada não apresentam montantes significativos vencidos e a Companhia e sua controlada também não possuem histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas – A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Descrição		
Diretores estatutários	35	12

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas. Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir: **a) Contas patrimoniais**

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
BRVias S.A.	(i)	-	-	1.123	945
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(vii)	5.000	-	-	-
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônicas S.A.		6.290 (*)	6.290 (*)	6.290	6.290
Total		11.290	6.290	7.413	7.235
Passivo					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	-	-	(395)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	-	(607)	(2.092)
Outros	(iv)	-	-	-	(10)
Fornecedores				(607)	(2.497)
Dividendos a pagar					
Fundo de Investimento em Participações Volutto	(vi)	(33)	(33)	(33)	(33)
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	(vi)	(33)	(33)	(33)	(33)
Total		(66)	(66)	(66)	(66)
Outros créditos contas a pagar					
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (i)		(1.459)	(1.459)	-	-
Total		(1.459)	(1.459)	-	-

(*) Em dezembro de 2018, a Companhia fez uma cessão de crédito, transferindo todos os direitos de crédito advindos de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, referente as empresas acima citadas para utilizar na compensação do saldo do débito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Transações que afetaram o resultado:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Serviços prestados					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	-	(298)	(1.579)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	-	(18.300)	(21.166)
BRVias S.A.	(v)	-	-	(972)	(1.822)
Outros	(iv)	-	-	(114)	(106)
Total		-	-	(19.684)	(24.673)

(i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros; (ii) Serviços de transportes de pessoal; (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia; (iv) Serviços de consultoria administrativa; (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados; (vi) Saldos de dividendos a pagar; (vii) Transação na modalidade de mútuo entre partes relacionadas.

12. Investimentos – Controladora – A sua controlada registrou um prejuízo de R\$ 60.853 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (prejuízo de R\$ 41.807 em 2020). A controlada está registrada na CVM, mas não tem suas ações negociadas em bolsa de valores. A tabela a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

continua ...

BRVias Holding VRD S.A.										2021	2020								
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.																			
	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Prejuízo								
31 de dezembro de 2021	100%	50.807	1.116.196	1.167.003	215.357	740.352	955.710	211.293	346.991	(407.844)	(60.853)	92.369	37.246						
31 de dezembro de 2020	100%	84.947	1.016.762	1.101.709	148.712	680.852	829.564	272.146	221.978	(263.785)	(41.807)	425	7.585						
13. Imobilizado – Consolidado												92.794	44.831						
Em milhares de reais																			
Custo																			
Saldo em 1º de janeiro de 2020										4.843	6.767	2.382	4.331	18.323					
Adições										255	324	404	–	983					
Baixas										(5)	(42)	–	–	(47)					
Saldo em 31 de dezembro de 2020										5.093	7.049	2.786	4.331	19.259					
Adições										524	3.708	160	3.203	7.595					
Baixas										(1)	(170)	(73)	(1.635)	(1.879)					
Saldo em 31 de dezembro de 2021										5.616	10.587	2.873	5.899	24.975					
Depreciação acumulada																			
Saldo em 1º de janeiro de 2020										(3.956)	(3.882)	(1.426)	(2.029)	(11.293)					
Depreciação no exercício										(355)	(640)	(190)	(777)	(1.962)					
Saldo em 31 de dezembro de 2020										(4.311)	(4.522)	(1.616)	(2.806)	(13.255)					
Depreciação no período										(240)	(858)	(192)	(1.094)	(2.384)					
Baixas										–	2	19	1.635	1.656					
Saldo em 31 de dezembro de 2021										(4.551)	(5.378)	(1.789)	(2.265)	(13.983)					
Valor líquido contábil																			
Em 31 de dezembro de 2020										782	2.527	1.170	1.525	6.004					
Em 31 de dezembro de 2021										1.064	5.209	1.085	3.634	10.992					
14. Intangível – Consolidado																			
Custo																			
Saldo em 1º de janeiro de 2020										35.171	490.424	8.155	413.597	219.656	3.487	2.902	1.173.392		
Aquisições e construções										–	4.535	12	–	26.872	–	–	31.419		
Saldo em 31 de dezembro de 2020										35.171	494.959	8.167	413.597	246.528	3.487	2.902	1.204.811		
Aquisições e construções										–	39.340	–	–	88.882	–	912	129.134		
Saldo em 31 de dezembro de 2021										35.171	534.299	8.167	413.597	335.410	3.487	3.814	1.333.945		
Amortização acumulada																			
Saldo em 1º de janeiro de 2020										(11.536)	(66.476)	(2.378)	(86.108)	(22.864)	(1.261)	(1.196)	(191.819)		
Amortização do exercício										(739)	(10.305)	(171)	(8.691)	(4.616)	(133)	(1.229)	(25.884)		
Saldo em 31 de dezembro de 2020										(12.275)	(76.781)	(2.549)	(94.799)	(27.480)	(1.394)	(2.425)	(217.703)		
Amortização do período										(1.446)	(10.036)	(303)	(11.683)	(3.842)	(162)	(332)	(27.805)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021										(13.721)	(86.817)	(2.852)	(106.482)	(31.322)	(1.556)	(2.757)	(245.507)		
Valor líquido contábil																			
Em 31 de dezembro de 2020										22.896	418.178	5.618	318.798	219.048	2.093	477	987.108		
Em 31 de dezembro de 2021										21.450	447.482	5.315	307.115	304.088	1.931	1.057	1.088.438		
Os direitos de uso são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:																			
Valor da outorga										2009									
Ajuste a valor presente										411.000									
Atualização monetária anterior ao início das atividades										(11.202)									
Total										13.799									
(ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos. Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado na tabela acima.																			
15. Empréstimos e financiamentos – Consolidado																			
Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26.																			
Taxa de juros a.a. Indexador																			
Finame-BNDES										5,50%	–	2021	–	28					
CCB (ii)										4,17% a 7,10%	CDI	2022	31.517	–					
Leasing (i)										4,40% a 7,41%	CDI	2024 – 2027	3.887	–					
Total													35.404	28					
Circulante													31.517	28					
Não circulante													3.887	–					
Data da liberação										Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora	Consolidado				
31/08/2018										Única	110.000	31/08/2021	103% CDI	115.427	105.600	115.427	105.600		
15/07/2019										Única	16.600	31/08/2021	103% CDI	18.315	17.518	18.315	17.518		
28/02/2020										Única	700.000	15/12/2034	5,55% a.a. + IPCA	–	–	767.203	688.680		
Total														133.742	123.118	900.945	811.798		
Circulante														133.742	123.118	176.949	162.863		
Debêntures														133.742	123.118	179.432	165.347		
(-) Comissão														–	–	(2.483)	(2.484)		
Não circulante														–	–	723.996	648.935		
Debêntures														–	–	753.363	680.787		
(-) Comissão														–	–	(29.368)	(31.852)		
Movimentação das debêntures:																			
Controladora																			
Saldo inicial										31/12/2021	31/12/2020								
Variação do fluxo de caixa de financiamento										123.118	119.299								
Pagamentos de principal										–	–								
Pagamentos de juros										–	–								
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento										–	–								
Novas Captações										5.000	–								
Despesas de juros										5.624	3.819								
Total de outras variações										10.624	3.819								
Saldo final										133.742	123.118								
Consolidado										2021	2020								
Saldo inicial										811.798	580.729								
Variação do fluxo de caixa de financiamento																			
Pagamentos de financiamentos										(1.937)	(446.081)								
Pagamentos de juros										(41.978)	(84.880)								
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento										(43.915)	(530.961)								
Novas Captações										5.000	700.007								
Despesas de juros										128.062	62.023								
Total de outras variações										133.062	762.030								
Saldo final										900.945	811.798								
(i) Controladora: Em 31 de agosto de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). Foram emitidas 110.000 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (hum mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia. Em 09 de agosto de 2021 foi emitido o primeiro aditamento a escritura particular da 2ª (segunda) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da BRVias Holding VRD S.A., com o objetivo de alongar o prazo de vencimento das debêntures, sendo a nova data acordada para 31 de agosto de 2022. Em 17 de julho de 2019, a Companhia realizou a terceira emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 16.600.000,00 (dezesseis milhões e seiscentos mil reais). Foram emitidas 16.600 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (hum mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia. Em 09 de agosto de 2021 foi emitido o primeiro aditamento a escritura particular da 3ª (terceira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da BRVias Holding VRD S.A., com o objetivo de alongar o prazo de vencimento das debêntures, sendo a nova data acordada para 31 de agosto de 2022. (ii) Controlada: Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples (em decorrência da possibilidade da diminuição das taxas do antigo endividamento), não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000. Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034. As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a. Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros																			
semestralmente, iniciando em 15 de setembro de 2020 até 15 de dezembro de 2034. As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes: • Contratação, pela Emissora com quaisquer terceiros, incluindo com partes relacionadas, de empréstimos, mútuos, financiamentos, adiantamentos de recursos, hedge, leasing e financiamento de máquinas, equipamentos e veículos ou qualquer outra forma de operação de crédito, operação financeira e/ou operação de mercado de capitais, local ou internacional, inclusive mediante prestação de garantia fidejussória e/ou real e concessão de preferência a outros créditos, exceto com relação a operações que, cumulativamente, atendam as seguintes características: (a) tenham prazo de vencimento de até 1 (um) ano; (b) não contenham quaisquer garantias prestadas pela Emissora; (c) os recursos captados sejam aplicados no Projeto; e (d) sejam limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado pela variação do IPCA no período. Excetuam-se os (1) mútuos subordinados celebrados entre a Emissora e a Acionista, nos quais a Emissora figure como mutuária; (2) operações de leasing para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); • Manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x. Esses covenants financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findo dezembro de cada ano. Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 33.715 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.864. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 31.851.																			
17. Fornecedores – Consolidado																			
Fornecedores diversos										2021	2020								
Fornecedores – risco sacado (ii)										31.777	48.218								
Medições a pagar										64.544	–								
Retenções (i)										506	3.734								
Total										12.524	10.968								
(i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes. (ii) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de "fornecedores – risco sacado", porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto a referida instituição financeira são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.																			
A vencer																			
Até 180 dias																92.369	37.246		
De 181 a 360 dias																425	7.585		
Total																92.794	44.831		
Vencidas																			
Até 30 dias																1.038	2.014		
De 31 a 60 dias																439	156		
De 61 a 90 dias																454	113		
De 91 a 180 dias																884	128		
De 181 a 360 dias																23	48		
A mais de 360 dias																689	928		
Total																3.527	3.387		
18. Outras contas a pagar – Consolidado																96.321	48.218		
Receitas acessórias antecipadas (i)																9.665	15.968		
Outras contas a pagar																1.885	8.936		
Total																11.550	24.904		
(i) Valores relativos a antecipações de receitas frente a utilização da malha rodoviária por operadoras de telefonias, as quais terão o respectivo impacto no resultado conforme competência dos períodos a serem utilizados. 19. Provisão para manutenção – Contrato de concessão (Consolidado) – A sua controlada constituiu provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações recorrentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. O saldo da provisão está demonstrado abaixo:																			
Passivo circulante																9.653	12.286		
Passivo não circulante																10.649	30.258		
Total																20.302	42.544		
Movimentação da provisão para manutenção:																			
Em 1º de janeiro de 2020																93.760			
Realização por consumo																(95.437)			
Adições																44.221			
Em 31 de dezembro de 2020																42.544			
Realização por consumo																(7			

... continuação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2019	681	249	930
Provisão	190	443	633
Saldo final 31 de dezembro de 2020	871	692	1.563
Provisão	952	314	1.266
Reversão de provisão	(1.350)	(493)	(1.843)
Saldo final 31 de dezembro de 2021	473	513	986

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 13.292 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 27.164 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade civil no valor de R\$ 37.900 (Nota Explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	84	9.149	91	23.485
Trabalhistas	50	4.143	49	3.679
Total	134	13.292	140	27.164

22. Patrimônio líquido – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 447.470, e está representado por 447.469.536 de ações, sendo 223.734.768 de ações ordinárias e 223.734.768 de ações preferenciais. O saldo do capital a integralizar em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 70.600. A composição acionária em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é apresentada a seguir:

Descrição		%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	223.846.668	50,03
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	223.622.868	49,97
Total	447.469.536	100,00

Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **Reserva de capital:** Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos Contábeis (CPCs) em 2010. **Dividendos:** A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo no 202 da Lei das S.A. **23. Receita operacional líquida – Consolidado:** A seguir a composição da receita operacional líquida:

	2021	2020
Receita de pedágios	221.207	197.971
Receitas acessórias	13.576	5.749
Receita de construção	128.283	31.420
Outras receitas	1.053	195
Tributos incidentes	(19.641)	(17.128)
Total	344.478	218.207

24. Gastos por natureza – A seguir, a composição das despesas por natureza:

	2021	2020
Controladora	2021	2020
Serviços de terceiros	(14)	(54)
Outros	(10)	(199)
Total	(24)	(253)
Despesas administrativas e gerais (i)	(24)	(253)
Consolidado	2021	2020
Serviços de terceiros	(19.371)	(30.140)
Com pessoal	(20.707)	(17.303)
Amortização e depreciação	(30.133)	(27.845)
Constituição de provisão para manutenção	(55.775)	(44.221)
Custo de contrato concessão	(13.756)	(8.571)
Outros	(1.869)	(3.128)
Total	(141.611)	(131.208)
Custo dos serviços prestados	(137.462)	(125.391)
Despesas administrativas e gerais (i)	(4.149)	(5.817)
Custo de construção	(128.283)	(31.420)

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal. **25. Resultado financeiro, líquido** – As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram:

	2021	2020
Controladora	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(5.626)	(3.834)
Total das despesas financeiras	(5.626)	(3.834)
Resultado financeiro líquido	(5.626)	(3.834)
Consolidado	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.513	3.771
Total das receitas financeiras	2.513	3.771
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(133.450)	(72.977)
Outras despesas financeiras	(3.711)	(16.276)
Total das despesas financeiras	(137.161)	(89.253)
Resultado financeiro líquido	(134.648)	(85.482)

26. Instrumentos financeiros – a) Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Notas	Custo amortizado	
		2021	2020
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	–	2
Outros créditos	–	32	32
Passivos			
Debêntures	16	133.742	123.118
Fornecedores	17	29	–
Consolidado			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	845	760
Aplicação financeira	9	27.810	63.851
Contas a receber de clientes	10	16.563	13.606
Outros créditos	–	647	3.231
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	15	35.404	28
Debêntures	16	900.945	811.798
Fornecedores	17	109.351	62.920

b) Mensuração do valor justo: Os demais valores contábeis referentes aos instru-

BRVias Holding VRD S.A.

mentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2021. **c) Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco de crédito. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada. **(i) Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada. **(ii) Risco de liquidez:** A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **Cronograma de amortização da dívida – Consolidado:** A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado	Contábil	Fluxo		Acima de 2023
		contratual	2022	
Em 31/12/2021				
Empréstimos e financiamentos	35.404	38.489	38.489	–
Debêntures	900.945	2.534.651	194.294	2.340.357
Fornecedores e contas a pagar	120.901	120.901	120.901	–
Dividendos pagar	66	66	66	–
Total	899.716	89.331	41.142	1.207.443

Em 31/12/2020	Contábil	Fluxo		Acima de 2023
		contratual	2021	
Em 31/12/2020				
Empréstimos e financiamentos	28	28	28	–
Debêntures	811.798	1.413	163.972	41.142
Fornecedores e contas a pagar	87.824	87.824	–	–
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	–
Total	899.716	89.331	251.890	41.142

(*) O cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2021	Risco	Provável	
			%	Valor
Debêntures controlada	767.203	Aumento IPCA	10,06%	(43.521)
Debêntures controladora	133.742	Aumento CDI	9,15%	(15.473)
Empréstimos e Financiamentos	35.405	Aumento CDI	9,15%	(3.956)
Total dos passivos financeiros	936.350			(62.950)

Impacto no resultado do período apresentado

Instrumentos	Exposição 2021	Risco	Provável	
			%	Valor
Debêntures controlada	767.203	Redução IPCA	10,06%	43.521
Debêntures controladora	133.742	Redução CDI	9,15%	15.473
Empréstimos e Financiamentos	35.405	Redução CDI	9,15%	3.956
Total dos passivos financeiros	936.350			62.950

Impacto no resultado do período apresentado
A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

(vii) Risco de preço e valor de mercado: A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP – Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico – financeiro. **(viii) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito. **Gestão do capital social:** O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

27. Cobertura de seguros – Consolidado – A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2021 a mai/2022	60.267
Garantia ampliação	Mai/2021 a mai/2022	97.209
Operacionais	Mai/2021 a mai/2022	2.185.720
Responsabilidade civil	Mai/2021 a mai/2022	37.900

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais). **28. Benefícios aos empregados – Consolidado** – A Companhia e sua controlada mantêm os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação. Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29. Aspectos ambientais – Consolidado – A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas aos assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **30. Risco regulatório – Consolidado** – A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades. Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 27. A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita às fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar suas informações financeiras. **31. Compromissos vinculados a contrato de concessão – Consolidado – Decorrente da verba de fiscalização:** A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. **Investimentos:** De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. A Controlada tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais. **32. Demonstrações dos fluxos de caixa – Consolidado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7. Durante o período findo 31 de dezembro de 2021 não ocorreu adições de itens não caixas relativos ao intangível.

Instrumentos de taxa pré-fixada	Valor contábil	
	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	35.404	28

Instrumentos de taxa variável	Valor contábil	
	2021	2020
Debêntures controlada	IPCA 767.203	688.680
Debêntures controladora	CDI 133.742	123.118

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Análise de sensibilidade:** Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir: **(iv) Seleção dos riscos:** A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA. **(v) Seleção dos cenários:** Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada. Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA e CDI de acordo com as projeções obtidas no Banco Central (Bacen) – Relatório Focus, Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), em 31 de dezembro de 2021. Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário II) como cenário adverso possível (Cenário III) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário IV). **(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA e CDI é apresentada na tabela abaixo:

Provável	Aumento do índice em 25%	Cenários	
		Aumento do índice em 50%	
		%	Valor
%	Valor	%	Valor
10,06%	(43.521)	12,58%	(54.401)
9,15%	(15.473)	11,44%	(19.341)
9,15%	(3.956)	11,44%	(4.945)
(62.950)	(78.687)	(94.425)	(94.425)

Impacto no resultado do período apresentado

Provável	Redução do índice em 25%	Cenários	
		Redução do índice em 50%	
		%	Valor
%	Valor	%	Valor
10,06%	43.521	12,58%	54.401
9,15%	15.473	6,86%	11.605
9,15%	3.956	6,86%	2.967
62.950	68.973	68.973	74.996

Impacto no resultado do período apresentado
A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

(vii) Risco de preço e valor de mercado: A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP – Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico – financeiro. **(viii) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito. **Gestão do capital social:** O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

27. Cobertura de seguros – Consolidado – A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2021 a mai/2022	60.267
Garantia ampliação	Mai/2021 a mai/2022	97.209
Operacionais	Mai/2021 a mai/2022	2.185.720
Responsabilidade civil	Mai/2021 a mai/2022	37.900

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais). **28. Benefícios aos empregados – Consolidado** – A Companhia e sua controlada mantêm os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação. Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

Ribeirão Preto, 25 de abril de 2022

Grant Thornton
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP 239.472/O-2

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da

BRVias Holding VRD S.A. Lins-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BRVias Holding VRD S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixas individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo

Negócios

UE acusa Apple de restringir concorrência em tecnologia de pagamentos



Reguladores anti-truste da União Europeia acusaram a Apple nesta segunda-feira de restringir o acesso de rivais à sua tecnologia de chip NFC, uma medida que pode resultar em multa pesada para a companhia e forçá-la a abrir o sistema de pagamento móvel para concorrentes.

A Comissão Europeia disse que enviou um documento conhecido como declaração de objeções à Apple, detalhando como a empresa abusou de sua posição dominante nos mercados de carteiras móveis em dispositivos iOS.

“Temos indicações de que a Apple restringiu o acesso de terceiros a tecnologias essenciais necessárias para o desenvolvimento de soluções rivais de carteira móvel nos dispositivos da Apple”, disse

a chefe do órgão antitruste da União Europeia, Margrethe Vestager, em comunicado.

“Em nossa declaração de objeções, descobrimos preliminarmente que a Apple pode ter restringido a concorrência, em benefício de sua própria solução Apple Pay”, disse ela.

A Apple, que pode ser multada em até 10% de seu faturamento global ou 36,6 bilhões de dólares com base no faturamento do ano passado, disse que permanecerá em contato com a Comissão.

“O Apple Pay é apenas uma das muitas opções disponíveis para os consumidores europeus para fazer pagamentos e garantiu acesso igual ao NFC ao definir padrões líderes no setor para privacidade e segurança”, afirmou a empresa em comunicado.

O Apple Pay é usado por

mais de 2.500 bancos na Europa e mais de 250 fintechs e bancos digitais. O chip NFC permite pagamentos por meio de aproximação de iPhones e iPads em terminais eletrônicos de lojas.

Vestager rejeitou o argumento de segurança da empresa. “Nossa investigação até o momento não revelou nenhuma evidência que aponte para um risco de segurança tão alto. Ao contrário, evidências em nosso caso indicam que a conduta da Apple não pode ser justificada por preocupações de segurança”, disse ela a jornalistas.

A Apple pode pedir uma audiência a portas fechadas para defender seu caso e também enviar uma resposta por escrito antes que a Comissão emita uma decisão, o que pode levar um ano ou mais.

Reuters

Audi e Porsche vão se juntar à Fórmula 1, diz presidente da Volkswagen

As marcas premium da Volkswagen, Audi e Porsche, vão entrar na Fórmula 1 depois de convencer a montadora alemã de que isso trará mais retorno do que custos, disse o presidente-executivo da VW, Herbert Diess, nesta segunda-feira.

As discussões do conselho de administração sobre os planos das duas marcas criaram algumas divisões, disse Diess em um evento em Wolfsburg, sede da montadora alemã.

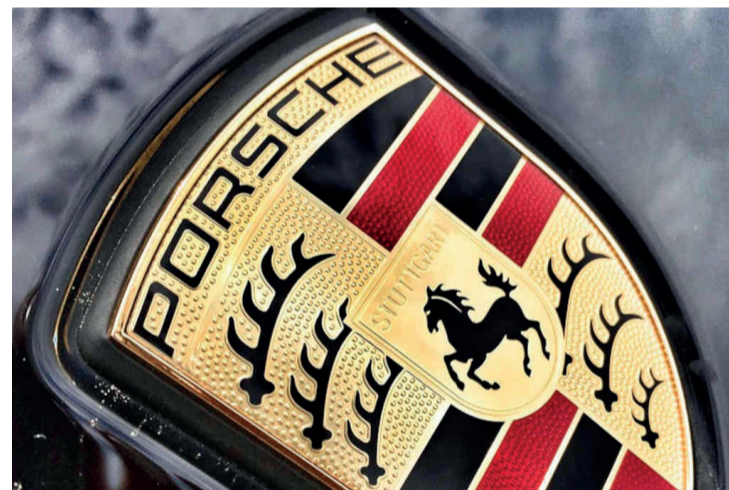
Mas as marcas que, ao lado dos negócios da VW na China, são os fornecedores premium mais importantes do grupo, argumentaram que conseguiriam mais dinheiro se entrassem na Fórmula 1, de acordo com Diess.

Houve especulações por vários meses de que as duas marcas estavam negociando parcerias para entrar na classe mais alta do automobilismo internacional, que durante grande parte da última década foi dominada pela rival Mercedes.

Diess disse que os preparativos da Porsche para entrar na Fórmula 1 foram um pouco mais concretos do que os da Audi.

A Audi está pronta para oferecer cerca de 500 milhões de euros para a fabricante britânica de carros esportivos de luxo McLaren como um meio de entrada, disse uma fonte à Reuters em março, enquanto a Porsche pretende estabelecer uma parceria de longo prazo com a equipe Red Bull.

Reuters



Braskem: vendas de produtos químicos no Brasil aumentam 3% no 1º trimestre



As vendas dos principais químicos da Braskem no mercado brasileiro subiram 3% no primeiro trimestre deste ano ante o mesmo período do ano passado, impulsionadas pelo maior volume de vendas de gasolina, que entre janeiro e março de 2021 foram menores com as medidas de isolamento social. A Braskem não informou o volume em quantidade. O volume de produção também não foi divulgado, como nos trimestres anteriores.

Na comparação com o quarto trimestre de 2021, o avanço foi de 2%, em função do aumento de vendas de paraxileno, devido a maior produção deste produto no período por conta da parada programada de manutenção ocorrida no último trimestre do ano passado.

As exportações foram inferiores em relação ao quarto trimestre (-47%), principalmente devido ao menor volume exportado de eteno e benzeno. No caso do benzeno houve priorização ao atendimento do mercado brasileiro e demanda saudável. Em relação ao primeiro trimestre de 2021, as exportações reduziram 24% devido à redução nas vendas de eteno.

Ainda no mercado brasileiro, o volume de vendas de resinas registrou aumento de 2% em relação ao quarto trimestre, positivamente impactado pela maior demanda de polietileno (PE) e polipropileno (PP) para recomposição de estoques na cadeia. Ante o primeiro trimestre de 2021, a queda no volume de vendas chegou a 7% em função, principalmente, da menor demanda de resinas no merca-

do brasileiro com o efeito de recomposição de estoques na cadeia no mesmo período do ano passado após impactos da covid.

As exportações foram inferiores em comparação ao quarto trimestre de 2021 (-16%), devido a priorização ao atendimento do mercado brasileiro e as restrições logísticas nas exportações. Na comparação com o primeiro trimestre de 2021, as exportações foram 25% superiores, em função da maior disponibilidade de produto para exportação.

Os volume de vendas de PP nos Estados Unidos foram maiores em relação ao quarto trimestre de 2021 (+9%) e ao primeiro trimestre do ano passado (+3%), em função da maior disponibilidade do produto.

Reuters